

ELISA RATES VIEIRA

**A SIMBIOSE ENTRE TEXTO E GRAMÁTICA
SOB UM OLHAR ENUNCIATIVO:
UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA**

Porto Alegre

2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES DISCURSIVAS E TEXTUAIS**

**A SIMBIOSE ENTRE TEXTO E GRAMÁTICA
SOB UM OLHAR ENUNCIATIVO:
UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA**

ELISA RATES VIEIRA

ORIENTADORA: PROFA. DRA. CARMEM LUCI DA COSTA SILVA

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciado em
Letras pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

Porto Alegre

2014

ELISA RATES VIEIRA

**A SIMBIOSE ENTRE TEXTO E GRAMÁTICA
SOB UM OLHAR ENUNCIATIVO:
UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciado em
Letras pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

Aprovado em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Stela e Ricardo, porque eles são muito foda.

AGRADECIMENTOS

À Carmem, por me orientar com cuidado, atenção e liberdade. Com absoluta certeza, tu és peça fundamental nesta conquista.

À Elisa, que este ano sentiu na pele as mesmas angústias que eu. Obrigada pela parceria, pelas trocas e pelas fugas. Tu sempre faz as coisas parecerem mais simples.

À Nicole, amiga querida, pelo apoio na revisão e formatação deste trabalho e pelo colo nos momentos em que tudo parecia tão distante.

Ao Augusto, pelo Resumen.

*És um senhor tão bonito
Quanto a cara do meu filho
Tempo, tempo, tempo, tempo
Vou te fazer um pedido
Tempo, tempo, tempo, tempo*

*Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo, tempo, tempo
Entro num acordo contigo
Tempo, tempo, tempo, tempo*

*Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo, tempo, tempo, tempo
És um dos deuses mais lindos
Tempo, tempo, tempo, tempo*

*Caetano Veloso
Oração ao tempo*

RESUMO

Ancorado nas concepções de língua e de linguagem às quais se pode chegar a partir da leitura da obra de Émile Benveniste, este estudo tem a pretensão de propor um olhar enunciativo para o Ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica, voltado para as séries finais do Ensino Fundamental e para as séries do Ensino Médio. A proposta aqui desenvolvida é embasada na concepção de que língua e gramática são indissociáveis e de que a língua não existe senão em seu funcionamento. Entende-se portanto que, como a função da aula de português é estudar a língua, as reflexões acerca dela devem convergir para o seu uso; logicamente, também se entende que estudar uma língua é estudar uma gramática, que, assim como aquela, só tem existência no uso. Conforme a teoria enunciativa, apropriamo-nos da língua num ato individual de utilização e a atualizamos em discurso a fim de produzir sentido a um interlocutor, em determinada instância discursiva e em determinada cultura. Sendo assim, o objeto pelo qual se deve estudar o uso da língua é o discurso. Concebe-se aqui, junto com Knack (2012), que o texto é produto de um ato enunciativo, ou seja, o próprio discurso; portanto, é ele o grande foco da aula de português na Escola Básica. Em detrimento disso, este estudo também se fia nas diretrizes para o ensino de língua propostas pelos Referenciais Curriculares do Rio Grande do Sul, já que elas, além de defenderem o uso da língua e o texto como eixos norteadores da aula de língua portuguesa, sustentam-se em concepções de língua e linguagem que vão ao encontro das concepções enunciativas orientadoras deste trabalho. O que se faz no final é argumentar sobre o que a imbricação entre texto e gramática sob um olhar enunciativo tem a acrescentar às propostas apresentadas pelos Referenciais Curriculares do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: língua; enunciação; texto; gramática; ensino.

RESUMEN

Fundamentado en las concepciones de lengua y de lenguaje a las que se puede llegar a partir de la obra de Émile Benveniste, este estudio tiene el objetivo de proponer un análisis enunciativo de la Enseñanza de Lengua Portuguesa en la Educación Básica, enfocado en los años finales de la Enseñanza Primaria y en la Enseñanza Secundaria. La propuesta aquí desarrollada se basa en la concepción de que la lengua y la gramática son indisociables y de que la lengua no existe más que en su empleo. Se entiende por lo tanto que, como la función de una clase de portugués es estudiar la lengua, las reflexiones sobre esta deben convergir en su uso; lógicamente, también se entiende que estudiar una lengua es estudiar una gramática, que, así como aquella, solo existe en el uso. De acuerdo con la teoría enunciativa, nos apropiamos de la lengua en un acto individual de utilización y la actualizamos en discurso con la finalidad de producir sentido para un interlocutor, en determinada instancia discursiva y en determinada cultura. Siendo así, el objeto por medio del cual se debe estudiar el uso de la lengua es el discurso. Aquí se concibe, según Knack (2012), que el texto es producto de un acto enunciativo, por lo tanto, él es el gran foco de la clase de portugués en la Escuela Primaria. En detrimento de eso, este estudio también sigue las directrices para la enseñanza de lengua propuestas por las Referencias Curriculares de Rio Grande do Sul, ya que, además de defender el uso de la lengua y el texto como ejes orientadores de la clase de lengua portuguesa, se sostienen en concepciones de lengua y lenguaje que están en sintonía con las concepciones enunciativas que me orientan en este trabajo. Lo que se hace al final es argumentar sobre lo que la imbricación de texto y gramática, del punto de vista enunciativo, tiene para aportar a las propuestas presentadas por las Referencias Curriculares de Rio Grande do Sul.

Palabras clave: lengua; enunciación; texto; gramática; enseñanza.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
 1. PROPOSTAS RECENTES PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	 14
 2. LINGUAGEM, LÍNGUA E GRAMÁTICA SOB UM OLHAR ENUNCIATIVO: O ENSINO EM FOCO	 20
2.1 Concepção de linguagem benvenistiana	20
2.2 Concepção de língua benvenistiana	22
2.3 Concepção de gramática	30
2.4 A gramática e o ensino	36
 3. DA TEORIA PARA ANÁLISE: O FUNCIONAMENTO DA GRAMÁTICA ENUNCIATIVA NO TEXTO	 41
3.1 O texto	43
3.2 A análise	44
3.3 Análise do produto da enunciação de Gregório-mais-novo	49
3.4 Análise do discurso de Gregório-mais-velho	61
3.5 Análise final: o texto como um todo	69
 4. UNIDADE DIDÁTICA	 74
4.1 Preparação para a leitura	74
4.2 Compreensão global do texto	79
4.3 Estudo do texto	81
4.4 Resposta ao texto	85
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 87
 REFERÊNCIAS	 91

INTRODUÇÃO

De como cheguei até aqui

Nos últimos três anos, dediquei-me, dentre outras coisas, ao ensino de língua portuguesa e redação em um curso pré-vestibular de Porto Alegre. Por ser um curso predominantemente de elite, os alunos que chegavam até mim vinham dos melhores colégios da cidade. Diferentemente do que se esperaria disso, a realidade com que me deparei não me agradou nem um pouco, embora, de certa forma, também não tenha me surpreendido: a imensa dificuldade dos alunos em produzir textos, do que decorria o seu pavor diante da prova de redação de qualquer vestibular. Até aí, realmente não é nenhuma novidade para mim nem para qualquer profissional da área da linguagem minimamente informado o quão insuficiente e ineficiente tem sido o ensino de Língua Portuguesa na educação básica, tanto em esfera particular quanto em esfera pública. O que mais me chamou atenção foi o modo com que os alunos concebiam a produção do texto. Além de o ‘como dizer’ ser mais importante do que o ‘o que dizer’, eles simplesmente ignoravam o fato de o texto ser uma interlocução, mesmo que indireta. Assim, viam-no como um mero objeto, esgotado em si mesmo, sem pensar em momento algum que, quando produzimos um texto, o fazemos para que alguém o leia. Consequentemente, o ato de escrever acabava completamente destituído da função primordial de qualquer manifestação linguística: a comunicação intersubjetiva. O resultado era uma escrita preocupada apenas com aspectos formais, e, mesmo assim, carente de um uso adequado das formas, afinal, se elas são usadas é porque se quer atualizar um sentido. Não há como fazer um bom uso das formas se não se sabe o que se quer dizer, para quem se quer dizer e com que propósito se quer dizer.

Minha pretensão, neste trabalho, não é analisar problemas em redações de pré-vestibulandos, por um lado por achar que grande parte desses problemas decorre justamente do formato “redação escolar” e do seu propósito (ou seria falta de propósito?), e por outro lado – e principalmente – porque seguir trabalhando nesse tipo de instituição está mil léguas longe do que quero para minha vida e do que, de fato, tenho competência para fazer. Se parti desse ponto é porque o contato com esses alunos (que, reforço, vieram em sua grande maioria de “boas” escolas particulares) me fez pensar sobre o que, afinal, estamos fazendo na educação básica. De que modo estamos abordando a língua para que esses alunos, depois de 11 anos na escola, cheguem até nós com dificuldades elementares de escrita e interpretação? Qual é a concepção de língua

que lhes estamos passando? Quais são os problemas do ensino de Língua Portuguesa na escola? Por que os alunos saem de lá sem conseguir ler e escrever de forma adequada, de acordo com os mais diferentes contextos enunciativos? Essas perguntas permeiam nossa vida há muito tempo (lidamos com elas durante praticamente toda a graduação) e já foram alvo de muitas discussões dentro da academia e de inúmeros estudos. Justamente por isso, respondê-las também não é minha intenção. Já conhecemos essas respostas de cor e salteado, e já sabemos muito bem o que não devemos mais fazer em sala de aula. Insistir nesse assunto seria “chover no molhado” e de nada contribuiria para meu futuro exercício na escola pública e o dos meus colegas professores, tão perdidos quanto eu nesse mar de possibilidades de “o que fazer”. A verdade é que desconstruímos muita coisa quando o assunto é o ensino de Língua Portuguesa, mas pouco propomos.

Assim, enfim chegamos ao meu principal objetivo com este estudo: propor um novo olhar para o ensino de LP na educação básica, pensando principalmente no ensino público direcionado aos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e aos alunos do Ensino Médio. A justificativa para tal é simples e justa: tendo passado pelos dois estágios de docência em língua portuguesa (ensino fundamental e médio) em escolas estaduais do RS, tendo visto a realidade dessas salas de aula, tenho ainda a convicção de que é para a escola pública que eu vou, e toda a formação continuada que pretendo ter daqui por diante na Universidade é somente para aperfeiçoar cada vez mais o meu trabalho como professora nessa instituição.

Da minha proposta

Em princípio, sou orientada pelos referenciais curriculares do RS, para os quais o verdadeiro propósito do ensino de Língua Portuguesa na escola é contribuir para que os alunos desenvolvam competências e habilidades para ler e escrever textos pertencentes aos mais variados gêneros textuais, sobre os mais diversificados assuntos. Evidentemente, é tarefa primordial do professor de português refletir sobre os fenômenos linguísticos, sobre o papel de determinados elementos na produção do sentido. Entretanto, toda e qualquer reflexão linguística deve partir de textos reais, com interlocutores e propósitos sociais bem definidos, e deve ser feita a serviço da compreensão do texto e de uma escrita que seja significativa, ou seja, toda a reflexão linguística deve partir do texto e, posteriormente, voltar ao texto.

O que quero, de fato, propor remonta ao que disse anteriormente, no início desses escritos. Percebo em meus alunos uma enorme preocupação com o uso adequado das formas (e, ao mesmo tempo, uma enorme dificuldade em fazê-lo) ao passo que a produção de sentido por meio dessas formas fica esquecida. É como se, para eles, forma e sentido fossem coisas facilmente dissociáveis, que pudessem somar-se. Entretanto, na língua tudo está sob o domínio do sentido; acima de tudo, a língua significa. Este trabalho, portanto, visa refletir sobre a relação forma e sentido na língua, mais especificamente no texto, mais especificamente no texto como centro do trabalho com a Língua Portuguesa na sala de aula.

Se concebo o texto como um todo significativo e concebo a gramática como o conjunto de regras que determina o funcionamento de determinada língua, ou seja, o conjunto dos possíveis agenciamentos das formas; se entendo que forma e sentido são coisas indissociáveis; então posso afirmar que texto e gramática também são coisas indissociáveis, e não há como estudar o texto e sua significação sem refletir sobre a gramática que ali existe. Eis o que quero defender e propor neste trabalho: o texto é construído a partir de uma gramática própria, e é essa gramática que deve ser estudada nas aulas de Língua Portuguesa na escola básica, sempre a serviço da compreensão do sentido do texto.

Esse novo olhar para o texto e para o ensino será feito a partir da perspectiva enunciativa de Émile Benveniste. Assim, reformulo novamente meu principal objetivo: propor um olhar enunciativo para trabalhar o texto em sala de aula, concebendo-o como uma unidade significativa atualizada por uma gramática própria.

De por que Émile Benveniste

Sigo a perspectiva teórica de Émile Benveniste devido ao fato de esse autor estudar a língua em uso, tendo como centro desse ato a figura do locutor, que se enuncia unicamente para alcançar o outro e produzir-lhe sentido. O fato de analisar a linguagem a partir dessa relação de diálogo é uma das duas grandes razões pelas quais me oriento pelas sábias reflexões desse autor. Mas há ainda um outro aspecto de seu pensamento linguístico que me motivou a segui-lo: o fato de que, em sua visão, “antes de qualquer coisa, a linguagem significa” (BENVENISTE, 1966, p. 222), o que acarreta dizer que tudo na língua está sob o domínio do sentido. Forma e sentido são então coisas que jamais podem ser pensadas separadamente. Estudar a língua em uso, aquela que visa à comunicação intersubjetiva, significa ir muito além da descrição das formas. É refletir

sobre como o locutor, que tem a necessidade de referir ao outro pelo discurso, apropria-se da língua-sistema e a converte em língua-discurso, ou seja, como o ‘eu’ mobiliza as formas da língua e as agencia em seu discurso para significar ao outro, para comunicar-se.

Como quero, aqui, estudar o texto como uma interlocução, ou seja, como uma forma de apropriar-se da língua e produzir sentido a um interlocutor-leitor, não há dúvidas de que essa teoria me representa.

Da metodologia

Para atingir os objetivos aqui expostos, este trabalho estará assim dividido:

- No capítulo 1, justificarei rapidamente por que minha proposta para trabalhar a língua sob a perspectiva enunciativa benvenistiana está enraizada nas diretrizes trazidas pelos Referenciais Curriculares do Rio Grande do Sul.
- No capítulo 2, a partir da exposição de uma concepção de linguagem e de uma concepção de língua embasadas na teoria enunciativa de Émile Benveniste, apresentarei minha própria concepção de gramática, que bebe das águas do pensamento benvenistiano.
- No capítulo 3, aplicarei as reflexões presentes no capítulo 2 à análise minuciosa do texto “Orgulho hetero”, de Gregório Duvivier.
- No capítulo 4, será proposta uma unidade didática para o trabalho com o texto em sala de aula, sempre sob a perspectiva enunciativa de Émile Benveniste. A unidade será elaborada a partir da análise feita no capítulo 3, tendo, obviamente, o mesmo texto como objeto de reflexão.
- Por fim, concluirei meu trabalho refletindo sobre as contribuições que um olhar enunciativo para o ensino de língua pode trazer para aquilo que já está proposto nos Referenciais Curriculares do Rio Grande do Sul.

1. PROPOSTAS RECENTES PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Pretendo, neste espaço, apresentar diretrizes já existentes para o ensino de língua portuguesa que, na minha visão, sejam satisfatórias e que possam dialogar com minha própria proposta, a qual desenvolvo teoricamente no capítulo dois e apresento, na prática, no capítulo 3 e 4. As diretrizes por mim escolhidas são aquelas apontadas pelos Referenciais Curriculares do RS para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura, e se o fiz assim é porque tenho boas razões para tal: em primeiro lugar, porque esses referenciais compreendem um documento oficial do governo, elaborado, a pedido da Secretaria de Educação do Estado, por profissionais que lidam com o ensino, e sendo assim tenho bases legais que me permitem aplicar em sala de aula as propostas ali apresentadas; em segundo lugar, porque considero o documento em questão uma versão melhorada e mais específica dos PCN's, e, como provavelmente é neste estado que atuarei como professora nos próximos anos, trabalhar com esses referenciais me vem mais a calhar; em terceiro lugar, porque as concepções de língua e linguagem ali presentes, a partir das quais o referencial para o ensino de L.P é elaborado, vão ao encontro das reflexões enunciativas de Émile Benveniste, que serão estudadas no segundo capítulo deste trabalho. Em minhas considerações finais, quero justamente refletir sobre as contribuições que a teoria enunciativa pode trazer para essas diretrizes apontadas pelos referenciais. Vejamos, então, no que consistem as orientações trazidas por tal documento.

Os autores dos Referenciais Curriculares para o Ensino de Língua Portuguesa e Literatura entendem a língua ao mesmo tempo como sistema estruturado – ou seja, códigos compartilhados e variáveis, sistemas arbitrários de representação – e como ação interacional entre sujeitos situados, que atualizam os códigos para produzir e compartilhar sentidos em determinada sociedade, determinado tempo histórico e determinado contexto, agindo coletivamente sobre a própria estrutura da língua. Assim, a atuação consciente no mundo só se faz possível pelo uso da língua, porque é apenas pelo seu manuseio que interajo com o outro, construo junto dele uma compreensão do mundo e, assim, tomo consciência de mim mesmo, constituindo-me como sujeito situado histórica e socialmente. Portanto, conforme os referenciais, o trabalho com a

língua em sala de aula deve ser pensado a partir de uma concepção interacionista de linguagem.

Essa concepção havia sido especulada também por Travaglia (1995), que a diferenciou das concepções de linguagem *como expressão do pensamento* (TRAVAGLIA, 1995, p. 21) e *como instrumento de comunicação, como meio objetivo para a comunicação* (TRAVAGLIA, 1995, p. 22).

Para o autor, considerar a **linguagem como expressão do pensamento** seria conceber este último como algo anterior a ela própria, e não algo por ela possibilitado e organizado. A linguagem seria simplesmente a exteriorização do pensamento, e seu funcionamento estaria na dependência da organização lógica do pensar – aquele que não tivesse um raciocínio refinado seria incapaz de se expressar com clareza. A estrutura da língua seria assim definida pelas *leis da psicologia individual*. Ora, o pensamento é a atitude individual por excelência. Não pressupõe o outro ou, melhor dizendo, não abre portas para o outro. Ninguém além de mim mesmo tem acesso à minha mente. O pensamento é interior a mim, e o levo a todos os lugares, em todos os momentos. Desse modo, se a linguagem é simplesmente uma tradução do pensamento, então “a enunciação é um ato monológico, individual, que não é afetado pelo outro nem pelas circunstâncias que constituem a situação social em que a enunciação acontece” (TRAVAGLIA, 1995, p. 21). Mas antes de aceitar tal concepção, reflitamos um pouco: como organizar o pensamento de maneira lógica senão pela linguagem?

Já a concepção de **linguagem como instrumento, como meio objetivo para a comunicação** supõe – principalmente por aquilo a que nos remete a noção de instrumento – a língua como algo independente do homem e exterior a ele, simples objeto do qual lançamos mão para transmitir uma mensagem a outro homem. A língua é assim concebida como um código – ou seja, um conjunto de regras que definem o modo com que as formas se estruturam no seu funcionamento – pelo qual um emissor transmite uma mensagem a um receptor. Há que se pensar com muito cuidado em tudo o que está envolvido no termo TRANSMISSÃO. Ao transmitir algo a outro, pressuponho que esse algo não será alterado. De fato, quando transmito uma doença a alguém, essa pessoa apresenta então os mesmos sintomas que anteriormente se manifestaram em mim. Assim, transmitir uma mensagem em código é entender que ela será recebida pelo receptor bem como era a intenção do emissor. Não existe aqui a ideia de efeito. Ademais, para que a transmissão seja possível, o código usado pelo emissor, que codifica a mensagem, e o usado pelo receptor, que a decodifica, deve ser idêntico

(se a compreensão da mensagem é a sua decodificação, é necessário para tal o domínio desse código). Essa ideia exclui da língua o caráter de heterogeneidade, não concebe variações, e nos conduz ao velho modo de falar e escrever corretamente. Tal concepção é, a meu ver, insuficiente. A ideia de emissor, código, mensagem, e receptor toma o outro da relação enunciativa como um ser passivo, que não atua, não interpreta, apenas decodifica. Não bastando isso, essa noção acaba destituindo do estudo da língua aquele que se enuncia e o contexto em que o faz: se o código é idêntico a todos e o receptor é um ser passivo, não se faz necessária a relação ao ‘eu’ que se enuncia e nem à situação em que o faz para que a decodificação da mensagem seja possível.¹

Finalmente, na terceira concepção, que vê a **linguagem como forma ou processo de interação**, o funcionamento da língua não corresponde simplesmente à transmissão de uma mensagem: é pela mobilização da língua que o locutor age no mundo e sobre o outro, interagindo com este pelos efeitos de sentido produzidos pelo uso da língua. Tais efeitos estão estritamente relacionados aos interlocutores, sujeitos situados em determinado tempo na história, em determinado espaço, em determinada sociedade. A linguagem é, pois, o espaço da interação, e é o próprio caráter de diálogo que define o funcionamento da língua.

Vale salientar que as concepções de linguagem como expressão do pensamento e como instrumento de comunicação dominaram o ensino da língua portuguesa por muito tempo, principalmente até a década de 80 (digo principalmente porque essas concepções orientadoras do ensino ainda são encontradas nos dias atuais), quando, pouco a pouco, fomos despertando para a necessidade de um ensino que, mais do que qualquer coisa, auxiliasse os alunos a viver, ou seja, um ensino focado em práticas discursivas. As aulas de português, até então (e ainda hoje, quando falamos em ensino tradicional de língua), eram focalizadas no ensino de nomenclatura gramatical a partir de frases soltas, descontextualizadas e, na maioria das vezes, inventadas; o texto, quando havia, era utilizado como pretexto para, por exemplo, tarefas de classificação dos elementos; a norma culta era valorizada excessivamente, concebida como o modo “correto” de se expressar tanto pela fala quanto pela escrita, devendo, por isso mesmo, ser ensinada e aprendida – todas as demais variedades da língua, orais e escritas, não eram apenas consideradas modos “errados” de se expressar: eram completamente ignoradas e, se apareciam, combatidas. Entretanto, essas práticas passaram a ser rigorosamente

¹ Caro leitor, a teoria da comunicação está aqui apresentada a partir de sua interpretação por Travaglia, a qual eu compartilho. Tu, evidentemente, podes enxergá-la de outra maneira.

criticadas quando, a partir da década de 80 no Brasil, novas reflexões surgiram no cenário do ensino de língua materna², reflexões que partiam do pressuposto de que todas as práticas realizadas na escola deveriam estar centradas no uso da língua – entenda-se aqui todas as modalidades de uso –, tendo como objetivo ampliar as habilidades linguísticas dos alunos e, conseqüentemente, ampliar o seu campo de atuação na sociedade. É nesses princípios que estão arraigados os Referenciais Curriculares do Rio Grande do Sul, cuja visão de língua e linguagem parece ir ao encontro da última concepção trazida por Travaglia: a linguagem como processo de interação.

Eis a grande motivação que me levou a recorrer inicialmente a esse documento, objetivando com isso propor um olhar enunciativo para trabalhar o que já está ali esboçado. Dentre as tantas concepções de linguagem apresentadas por Travaglia e dentre tantas maneiras de se abordar a língua que derivam de tais concepções, a interacionista é para mim a mais fiel à verdadeira natureza da linguagem e da língua, pois concebê-la no uso é concebê-la viva, processo de interação entre sujeitos situados que produzem sentido um ao outro. De fato, veremos mais adiante que, na realidade, não há língua fora do uso. Estudar uma língua, portanto, é voltar todos os olhos para a língua em ação, aquela que emociona e que fere. E, conforme os referenciais curriculares, é exatamente o USO DA LÍNGUA o grande objeto de estudo das aulas de português.

Se o grande eixo norteador do ensino de língua é o seu uso, então é ao redor do texto que as aulas de português devem se organizar. Ora, quando falamos ou escrevemos, estamos produzindo textos – usar a língua é produzir sentido a um interlocutor, e o que é o texto senão resultado da ação interacional entre sujeitos situados, que querem atingir o outro pela significação? O texto é bem uma unidade de sentido. Este, produzimos via escrita e via fala, e tanto uma quanto outra representam modos de atuar no mundo de forma consciente. Portanto, são textos orais e escritos o grande foco das aulas de língua portuguesa na escola, e toda reflexão linguística – ou seja, o estudo da gramática, esta sempre inerente à língua – deve partir dele e a ele voltar. Lembremos que, para os referenciais, é o uso da língua que está por trás de todo e qualquer trabalho com o texto. Assim, as grandes competências a serem desenvolvidas pelos alunos são: em primeiro, a capacidade de ler textos dos mais diversos gêneros –

² Afirmando isso embasado nos estudos de Silva (2009).

textos sempre reais, com autor e meio de circulação definidos, e nunca textos inventados para a tarefa em questão –, reagindo diante deles pela tomada de uma “atitude responsiva” (que pode ser opinar, escrever outro texto em resposta, recomendar a leitura ou a não leitura do texto etc.); em segundo, produzir textos dos mais variados gêneros de modo autoral, sempre com um propósito social definido. Portanto, o trabalho com o texto – oral e escrito – deve ser compatível com a sua função no mundo social, e a leitura bem como a escrita devem ser concebidas como resultados da prática interacional entre sujeitos situados historicamente e socialmente, ou seja, como modos de colocar a língua em funcionamento.

O que se quer com esse modo de abordar a língua nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio é que os alunos, imersos no funcionamento de sua língua, constituam a si mesmos como cidadãos capazes de atuar de forma efetiva e consciente em todos os contextos que a vida social exige, compartilhando sentidos de modo adequado de acordo com cada situação e com cada interlocutor – lembremos que “adequado” não é aqui sinônimo de “correto” ou “bonito”. É claro que, para isso, se faz necessária a reflexão linguística, ou seja, o estudo da gramática (ou das gramáticas) da língua, gramática esta presente em todo texto; na verdade, inerente ao texto assim como o texto é inerente a ela. Mas, de que gramática falo aqui? Como assim estudar gramática? Este é o grande desafio que estabeleço a mim mesma neste trabalho, e, na realidade, é o que de fato emana unicamente de mim, pessoa que se enuncia: esboçar uma concepção enunciativa de gramática, uma gramática que se concretiza no texto e para o texto, possibilitando o compartilhamento de sentidos entre interlocutores. É essa concepção, ancorada em uma concepção enunciativa de linguagem e de língua, que me conduzirá a pensar o ensino e me constituir como professora de língua portuguesa.

No capítulo 4, voltarei às orientações presentes nos referenciais curriculares do RS, quando apresentarei uma proposta de unidade didática para o ensino de língua portuguesa na escola. O passo a passo da unidade será inspirado nas propostas trazidas pelo documento do estado (práticas pedagógicas para ensinar e aprender a ler; práticas pedagógicas para ensinar e aprender a escrever – sendo que a reflexão linguística está presente, de um modo ou de outro, em todas essas práticas), enquanto que as atividades em si – ou seja, o modo de olhar para o texto, reconhecendo ali uma gramática que lhe é própria, sempre submetida à construção de um sentido global – serão conduzidas pelo viés enunciativo de Émile Benveniste. Em seguida, em minhas considerações finais, quero refletir sobre as possíveis contribuições que o campo da enunciação e,

principalmente, uma concepção enunciativa de gramática podem trazer para aquilo que já foi proposto pelos referenciais curriculares do RS.

2. LINGUAGEM, LÍNGUA E GRAMÁTICA SOB UM OLHAR ENUNCIATIVO: O ENSINO EM FOCO

A concepção de gramática de um professor determina o modo com que a língua será abordada por ele em sala de aula. Em contrapartida, toda e qualquer concepção de gramática deixa transparecer uma concepção de língua e de linguagem – o que é bem coerente se pensarmos que não há língua sem gramática nem gramática fora da língua, e que esta é uma das várias manifestações da linguagem (ainda que a manifestação por excelência).

Quero aqui apresentar uma visão enunciativa de gramática que contribua significativamente para o trabalho com a língua nas escolas brasileiras. É a partir das concepções de língua e de linguagem a que cheguei orientada pela leitura da obra de Émile Benveniste que o farei. Em nenhum momento de sua obra, o autor conceitua gramática, mas essa noção é um espectro que paira sobre suas reflexões acerca da língua, e meu sexto sentido o torna visível a meus olhos. Portanto, aquilo que será apresentado neste capítulo é a minha própria visão do que seria a gramática concebida pelo viés enunciativo de Benveniste, visão que nasce da minha interpretação de seus pensamentos bem como da minha própria relação com a língua e com o ensino.

Como esse teórico tem uma obra vasta e muito diversificada – de fato, em suas reflexões ele aborda muitos aspectos da língua, muitos dos quais não são relevantes para a elaboração deste trabalho – e como esta produção tem caráter ensaístico, é necessário que se exponha aqui, o corpus teórico ao qual recorri. Pois bem, os artigos lidos e relidos que me conduziram durante esse longo caminho foram os seguintes: *Os níveis da análise linguística*, *A natureza dos pronomes*, *Da subjetividade na linguagem*, *Estruturalismo e linguística*, *A estrutura da língua e a estrutura da sociedade*, *O aparelho formal da enunciação* e *A forma e o sentido na linguagem*.

2.1 CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM BENVENISTIANA

A linguagem é o único meio possível de o homem alcançar o outro homem. Quando digo “alcançar o outro” não me refiro a qualquer coisa que não seja agir sobre ele, chamar sua atenção, mudar seu pensamento, interferir em seu comportamento, fazer-me compreendido por ele. Minha relação com a humanidade e com o mundo é condicionada e mediada pela linguagem, porque acima de tudo ela significa. Se

significa – o que é diferente de “ter um significado” –, é porque a significação não lhe é atribuída, é de sua própria natureza. A linguagem é, portanto, *a atividade significante por excelência* (BENVENISTE, 1966, p. 223): eu mesmo, o outro, a humanidade inteira, a sociedade, a história, a natureza, tudo só se torna significativo através dela.

Dizer que as coisas se tornam significativas na e pela linguagem é pressupor alguém que se torne consciente dessa significação: nada é significativo se não há quem o compreenda como tal. Do mesmo modo, não há o que eu possa compreender antes de compreender a mim mesmo, à minha própria existência. Chega-se, assim, à outra grande função da linguagem: ela possibilita a emergência da subjetividade. É somente pela linguagem que tomo consciência de mim mesmo e me proponho como sujeito que diz “eu”. Sabe-se, no entanto, que “eu” não existe sozinho, pois *é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem* (BENVENISTE, 1958, p. 285). Assim como só há claro em face do escuro, bem em face do mal, belo em face do feio, só há “eu” em face de “tu”. Não tenho por que dizer ‘eu’ senão dirigindo-me a um ‘tu’ de modo a causar um efeito sobre este – e essa é a própria função da linguagem, que exige e pressupõe o outro.

A ideia de linguagem como meio para se chegar ao outro e compreender o mundo pode nos levar a pensá-la como um instrumento. Mas, se pensarmos na definição própria de instrumento, não demoraremos a abandonar essa visão simplista. Instrumento é bem tudo aquilo que é fabricado. Um violão, uma tesoura, uma chave de fendas, um isqueiro e uma geladeira são exemplos de instrumentos, todos produzidos pelo homem no decorrer de sua história para facilitar-lhe ou enfeitar-lhe a vida. Ainda que nos remontemos à Pré-História, especificamente ao Período da Pedra Lascada, e pensemos que a pedra, primeiro instrumento utilizado pelo homem em sua luta pela sobrevivência, é produto da natureza, veremos que tinha o homem que trabalhar sobre ela para que seu uso fosse de fato eficiente. Nada de semelhante ocorre na linguagem. Ela não é uma invenção e muito menos uma fabricação do homem. Ela não lhe facilita, não lhe enfeita a vida. Simplesmente, a linguagem possibilita a vida dos homens. Sua existência está condicionada a ela, que é a ponte que viabiliza as relações homem/homem e homem/mundo, sem as quais não seríamos capazes de vingar sobre a terra. Vemos que as sociedades evoluem (ou não) no decorrer da história: mudam-se as instituições, mudam-se os costumes, muda-se a arquitetura, mudam-se os meios de transporte, mudam-se os instrumentos, que vão tornando a vida mais prática. Nunca, no entanto, registrou-se a existência de uma sociedade destituída da linguagem. Ela é mesmo

condição da existência humana. Ela está na natureza assim como o homem está na natureza.

A linguagem, portanto, é de natureza imaterial, visto que a própria noção de materialidade já remete a uma ideia de instrumento. É seu estar na natureza, simbolizando, significando, que permite o despertar de minha consciência, o olhar para mim mesma, para o mundo, para o outro. É a linguagem que sustenta o contato entre mim e tudo (e todos) que me cerca. Mas assim que pensamos na ideia de contato, deparamo-nos com a necessidade de um objeto material pelo qual esse contato possa ser efetuado. De fato, todas as formas de conexão humana acabam postulando certa materialidade: a conversa, a carta, um bilhete, uma expressão facial, um gesto, uma dança, uma música, um beijo, um abraço, uma bofetada, um guspe. Eis a natureza simbólica da linguagem, que, apesar de imaterial, é sempre concretizada por uma realização material, forma pela qual se manifesta. Há n^2 maneiras de a linguagem manifestar-se. Ela não é própria da espécie humana, apesar de esta lhe ser inerente. O que é da condição dos homens é a língua por eles empregada. A linguagem, desse modo, comporta uma língua, sua manifestação na atividade humana. A linguagem existe na natureza, mas não pode ser usada. A língua existe na linguagem, e não pode ser outra coisa que não usada pelo homem, que através do discurso produz um sentido ao outro homem.

2.2 CONCEPÇÃO DE LÍNGUA BENVENISTIANA

Se a linguagem é o único meio possível para que um homem atinja o outro homem, há que haver então o que materialize esse atingir. É a língua quem cumpre tal papel. É na e pela língua que comunico algo ao outro, ajo no mundo e com ele me relaciono, o que pressupõe duas coisas: ela possibilita e interpreta a sociedade, que só assim se torna significativa. Possibilita a sociedade por garantir a comunicação intersubjetiva, e a interpreta porque é por ela que entendo e refiro ao outro todas as coisas que existem, concretas e abstratas, é por ela que organizo meu próprio pensamento. A língua é, portanto, condição necessária para a vida social; ao mesmo tempo, fora desse universo, ela não existiria, pois *nasce e se desenvolve no seio da comunidade humana* (BENVENISTE, 1968, p. 97). Língua e sociedade implicam uma a

outra, já que sem comunicação intersubjetiva não há socialização, e a função própria da língua é possibilitar a relação de intersubjetividade.

Dizer que a língua é o meio material pelo qual alcanço o outro é dizer que ela é produtora de sentido. Este é possibilitado pela própria estrutura da língua e pela natureza articulada e discreta de seus elementos: é composta por um número finito de elementos formais de base, que se combinam para formar signos portadores de sentido, reconhecidos por uma comunidade, os quais são convertidos em palavras que se agenciam para formar enunciados também portadores de sentido, compreendidos pela mesma comunidade. A língua é, assim, estruturada em níveis, cada qual composto por elementos formais que podem dissociar-se em elementos de um nível inferior (seus constituintes) ou integrar um elemento de nível superior, exercendo neste uma função integrante. Mas há que se ter em mente que as relações entre os elementos de mesmo e distintos níveis são todas, e o todo tempo, orientadas pela razão do sentido. Não há nada que se faça na língua que não seja a fim da fabricação do sentido, pois tudo – e sempre – o que se quer com ela é significar. Língua é, portanto, forma e sentido (ainda que o primeiro esteja condicionado ao segundo), sempre indissociáveis, devendo um ser definido pelo outro: o sentido se materializa na forma, que, por sua vez, só é empregada para produzi-lo.

Mas como, afinal, a forma possibilita o sentido? Como o sentido se forma em palavras? A questão agora é clarear os mistérios envolvidos nas relações forma-sentido, que parecem estar *implicadas na própria estrutura dos níveis e na das funções que a elas correspondem, que aqui designamos constituinte e integrante* (BENVENISTE, 1964, p. 135). Chegamos à forma de uma unidade linguística quando a dissociamos nas unidades que a compõem, seus constituintes. Tal dissociação, que não nos leva necessariamente a unidades de nível inferior, e sim aos elementos formais da unidade em questão, ainda nada nos diz sobre seu sentido. Para chegarmos até este e considerarmos suas unidades constituintes como pertencentes a um nível inferior, é preciso fazer o movimento contrário, analisando a capacidade de tais unidades integrarem a unidade de nível superior e de esta mesma integrar uma outra unidade de nível superior a ela. Por conseguinte, determinado elemento linguístico é definido, em sua forma, pela capacidade de decompor-se em elementos de níveis inferiores e, em seu sentido, pela capacidade de integrar elementos de níveis superiores. Para ilustrar como forma e sentido se correlacionam na estrutura dos níveis, tomemos um exemplo, começando pela análise do funcionamento dos traços distintivos, nível inferior da

análise. O fonema /e/ se caracteriza, em sua forma, por ser constituído pelos traços de anterioridade e medialidade; estes, apesar de não se definirem em sua forma pela incapacidade de dissociarem-se em elementos de nível inferior (nem mesmo existem sozinhos), definem-se em seu sentido por integrarem o fonema /e/, de modo que, combinados, o traço de medialidade o distingue do fonema /i/ (vogal alta e anterior) e o traço de anterioridade o distingue fonema /o/ (vogal média e posterior). Já em seu sentido, o fonema /e/ caracteriza-se por integrar, em combinação com os fonemas /d/ e /s/, o morfema /des/ (dotado de um sentido na língua), distinguindo-o do morfema /dis/ (dotado de outro sentido na língua). O morfema /des/, por sua vez, define-se em sua forma por dissociar-se nos elementos constituintes /d/, /e/ e /s/, e em seu sentido por integrar a significação do signo “descriiminar” (dotado de um sentido na língua), diferenciando-o do signo “discriminar”, dotado de outro sentido na língua. Finalmente, o signo “descriiminar” defini-se em sua forma por dissociar-se nos elementos constituintes “des” (prefixo), “crim”(radical), “a(vogal temática)” e “r”(desinência verbal), e em seu sentido por integrar a significação da frase “O juiz descriiminou os suspeitos” (dotada de um sentido), distinguindo-a da frase “O juiz discriminou os suspeitos” (dotada de outro sentido na língua). Percebemos, portanto, que na língua ser distintivo é ser significativo. Os elementos de determinado nível se opõem e se combinam em relação paradigmática, e sua significação se determina por terem de próprio tudo aquilo que os outros não têm. Quando, em sua combinação, esses elementos atuam uns sobre os outros e, por essa atuação, passam a integrar o sentido de uma unidade de nível superior, estabelecem juntamente com esta uma relação sintagmática: exercem na unidade de nível superior uma função integrante que lhe constitui o sentido, e esta, por sua vez, dissocia-se em elementos de nível inferior que a compõem, seus constituintes. Eis as relações forma e sentido funcionando na língua.

No entanto, algo distinto disso ocorre no nível da frase. Esta pode ser constituída por palavras, mas não pode integrar uma unidade de nível superior, simplesmente pela questão fatídica de constituir ela mesma o nível superior da análise. Mas será a frase destituída de significação? Evidentemente que não, visto que é bem por frases que produzimos sentido ao outro. Estamos diante do grande problema da análise, que deriva das duas maneiras de se conceber a língua: a língua como sistema e a língua como discurso. Nos dois domínios, é concebida como forma e como sentido.

A língua enquanto sistema é composta de signos, que são identificáveis pela comunidade que a emprega. Identificar um signo é reconhecer nele uma significação.

Responder, portanto, afirmativamente à pergunta “tem sentido?” é condição necessária e suficiente para a sua existência no interior da língua. Coisa bem diferente é perguntar-se “qual é o sentido?”. A essa resposta, só podemos chegar quando não se quer mais com a língua simplesmente significar, mas comunicar intersubjetivamente algo ao outro, ou seja, referir-lhe o mundo via discurso, produto da enunciação. E se alcançar o outro e produzir-lhe sentido é função própria da língua, é porque não há nada que se queira com ela que não isso, coisa que só é possível quando a empregamos. Sendo assim, a língua, evidentemente, só existe quando em ação. Fora do seu uso, não é mais que uma abstração, que uma possibilidade de língua. Posta em funcionamento pelo ato de enunciação, *é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno* (BENVENISTE, 1970, p. 83 e 84).

A enunciação compreende bem o universo da língua em uso: é o ato individual de conversão da língua-sistema em língua-discurso. Tal noção de ato implica, primeiramente, alguém que aja, ou seja, que se aproprie da língua e a mobilize por sua conta; estamos diante da figura central do locutor. Em seguida, alguém a quem este se dirija, pois se me enuncio é porque quero alcançar o outro e produzir-lhe sentido. Depois, a noção de referência, já que a condição mesma desse ato é a necessidade de referir pelo discurso. Por fim, uma situação enunciativa – a enunciação se realiza em determina instância de discurso, que compreende o eu/tu/aqui/agora do ato enunciativo.

Assim que se apropria da língua e a põe em funcionamento em certa instância discursiva, o locutor insere-se em sua própria fala, tornando-se ele mesmo um centro de referência interna a seu discurso, produto da enunciação. Isso acarreta que o sentido daquilo que é dito só pode ser apreendido se em relação àquele que usa a língua e à situação em que ocorre esse uso. Eis o princípio da subjetividade na língua: ao enunciar-se, o locutor se propõe como sujeito de sua enunciação, e o faz *por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro* (BENVENISTE, 1970, p. 84), índices e procedimentos estes que o colocam em relação constante com seu próprio dizer. Quando Benveniste falou em índices específicos, referia-se a determinadas formas que são próprias da língua-discurso e que compõem o *aparelho formal da enunciação*: trata-se da emergência dos índices de **pessoa, tempo e espaço**.

É por meio de ‘eu’ que o locutor se propõe como sujeito enunciativo. De fato, essa forma designa aquele de quem emana a enunciação e que torna a língua realidade.

‘Eu’ é, portanto, pessoa subjetiva e interior ao discurso, centro de referência. Apesar de tamanha importância, “eu” não existe sozinho, pois se me aproprio da língua e a ponho em uso é porque quero e preciso atingir o outro, que é imediatamente instaurado diante de mim a cada vez que me enuncio. “Eu”, por conseguinte, implica a existência de um “tu”, que por sua vez não existe fora da enunciação de “eu”. Isso atribui a “tu” o caráter de pessoa não-subjetiva e exterior ao discurso, e a “eu” o caráter de pessoa transcendente a “tu”. Entretanto, este não é menos importante do que aquele, já que a mobilização da língua pelo locutor só ocorre em face de um interlocutor, alvo da flecha enunciativa. Meu discurso é sempre condicionado àquele a quem me enuncio, e causará sobre este um efeito – o outro da enunciação é também atuante sobre o discurso de “eu”, já que o interlocutor interpreta o seu dizer. O sentido é, portanto, construído tanto por aquele que diz “eu” quanto por aquele a quem se diz “tu”, já que não interessa para a enunciação a intenção daquele que se apropria da língua, e sim o efeito que esse ato causa sobre o outro. “Eu” e “tu” são, desse modo, interdependentes: **um não se concebe sem o outro.**

O mistério que envolve esses pronomes não está, no entanto, de todo desvendado. O que faz de “eu” e “tu” formas típicas da língua-discurso? O que as diferencia das demais formas da língua? E qual é a relação existente entre pessoa subjetiva e pessoa não-subjetiva? É a característica da unicidade que torna esses elementos linguísticos constituintes do aparelho formal da enunciação. “Eu” e “tu” são formas disponibilizadas pela língua para que qualquer pessoa que delas se aproprie possa apresentar a si mesma como locutor e ao outro como interlocutor: a cada instância de uso, terão uma referência específica, representando locutor e interlocutor em toda a sua singularidade. Assumirão, portanto, um sentido diferente e único a cada emprego. Daí decorre o fato de a apreensão desse sentido só ser possível quando em relação à situação enunciativa de uso de tais formas, pois só sei a quem ‘eu’ e ‘tu’ se referem se sei quem está enunciando-se e a quem o faz. Pois é justamente a unicidade que garante a esses signos a característica da inversibilidade: em minha locução, proponho-me como sujeito através de “eu” e chamo de “tu” meu alocutário, mas este, em sua locução de resposta, se apresenta como “eu” e me chama “tu”. Esse é o princípio da relação de intersubjetividade, inerente ao diálogo: a alternância entre pessoa subjetiva e pessoa não-subjetiva, sem que isso gere qualquer empecilho à comunicação, que para a enunciação é sempre intersubjetiva.

O aparelho formal da enunciação abarca ainda uma série de termos que, de algum modo, se definem em relação ao locutor que se enuncia e o colocam em constante relação com sua própria enunciação. São esses os índices de tempo e espaço. O “aqui” se refere especificamente ao lugar em que nos enunciamos, aquele em que se encontra o locutor no momento do ato de apropriação da língua. O “agora” se refere especificamente ao momento presente em que nos enunciamos – este é bem o tempo da enunciação, pois não há maneira de usarmos a língua que não no momento presente. Assim, sustentados pelo “eu” que se enuncia, as formas “aqui” e “agora” tornam-se também centros de referência do discurso, a partir dos quais se estabelece a referência de outros indicadores (lá, ali, este, aquele, aí, antes, depois, amanhã, ontem, em seguida etc). Finalmente, podemos chegar ao que essas formas correspondentes aos índices de pessoa, tempo e espaço têm em comum: remetem todas à própria enunciação, e por isso mesmo assumem um sentido somente no seu uso e em relação à instância-discursiva em que são atualizadas, não tendo, portanto, referência constante. São, na verdade, formas vazias, destituídas de sentido, mas que estão disponíveis para que qualquer locutor delas se aproprie e as torne plenas de significação, uma significação sempre única e singular.

Entretanto, sabemos que nem todas as formas da língua remetem à própria enunciação. Nunca esqueçamos que a condição própria do ato de enunciação *é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor* (BENVENISTE, 1970, p. 84). Ora, nem sempre nos remeteremos à situação em que nos encontramos porque também temos a necessidade de referir situações objetivas, que estão fora da relação eu/tu/aqui/agora. Assim, também nos apropriaremos para expressar nossa *relação com o mundo* (BENVENISTE, 1970, p.84). Estamos, aqui, no domínio da “terceira pessoa”, o “ele”, que se opõe a “eu” e “tu” justamente por faltar-lhe o caráter de pessoalidade. O “ele” representa a “não-pessoa”. É justamente por conta dessa ausência que pode referir a toda e qualquer coisa – é unicamente pelo “ele” que podemos referir a coisas objetivas, e essa referência é constitutiva do discurso.

Uma questão, entretanto, a que ser muito bem analisada para que não simplifiquemos demais a complexidade da língua em emprego. Apesar de à “terceira pessoa” não ser caracterizada pelo traço de pessoalidade, apesar de unicamente a ela ser atribuída uma referência objetiva, não podemos jamais dizer que é destituída de subjetividade. Ora, se é pela não-pessoa que expresso minha relação com o mundo, de algum modo a referência por ela estabelecida em meu discurso revelará algo sobre mim.

Eu referir-me a determinada criança como “menino”, “guri”, “garoto”, “pivete”, “malandro”, “arteiro”, “peste” ou “baixinho” revela meu posicionamento acerca daquilo que enuncio e, principalmente, a cultura em que estou imersa (ora, aqui no Brasil, onde se fala guri? Onde se fala garoto? E somos por acaso um país homogêneo quando se fala em cultura?). Minha subjetividade, portanto, está sempre marcada nas escolhas que faço para referir o mundo por meio de meu discurso.

Além dos índices específicos que acabamos de ver, que são bem as formas que compõem o aparelho formal da enunciação, o locutor também se insere em seu discurso e se revela como pessoa subjetiva por outro mecanismo: os procedimentos acessórios, os quais, pela interpretação dos pensamentos de Benveniste (1970), compõem o que ele chama de *Aparelho de funções*. Aqui, não são apenas as formas atualizadas pelo locutor em seu discurso que estão em jogo, mas principalmente o modo com que ele as atualiza. Quando nos apropriamos da língua e a colocamos em uso somos movidos por uma necessidade, pois queremos, com esse ato, agir de determinada maneira sobre o outro, atribuindo à nossa enunciação determinada função: alterar o pensamento do interlocutor, fazê-lo ficar quieto, conseguir dele dinheiro emprestado, ensinar-lhe matemática, consolá-lo da morte de um ente querido, insultá-lo, conseguir arrancar-lhe um segredo etc. Assim, o modo como colocaremos a língua em funcionamento está na dependência da função que atribuímos a esse ato, ou seja, de como pretendemos agir sobre o outro. Consequentemente, é claro, a figura do outro, como sempre, é indispensável na determinação dessa função: só sabemos o que queremos com o uso da língua se sabemos para quem destinamos nossa enunciação.

Fazem parte do aparelho de funções a interrogação, a intimação e a asserção. A interrogação quer suscitar uma resposta, o que pode ser marcado por formas da língua (o que, por que, qual, onde, quem, quando, verbo auxiliar poder no futuro do pretérito ou no pretérito imperfeito seguido de infinitivo), pela entonação quando se trata da realização da língua pela fala, por sinais quando se trata da realização da língua pela escrita etc. A intimação – que compreende não só a ordem, mas também o pedido, o conselho, o apelo, a imploração – pode manifestar-se por formas como vocativos, verbos no imperativo, verbos auxiliares como ‘poder’ ou ‘dever’. O que a intimação e a interrogação têm em comum é o fato de ambas implicarem *uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação* (BENVENISTE, 1970, p. 86). Por fim, *a asserção visa a comunicar uma certeza* (BENVENISTE, 1970, p. 86), mesmo que a minha certeza seja a de que não tenho

certeza. Pela interrogação e pela intimação, além de estabelecer uma relação direta com meu interlocutor, quero explicitamente levá-lo a fazer alguma coisa. Isso não ocorre com a asserção – não de modo explícito, é claro, pois posso muito bem informá-lo de alguma coisa sabendo que sua reação, ao saber disso, será agir de determinada maneira. A asserção é mesmo o modo que o locutor tem para falar de si mesmo, tendo nela mais possibilidades de marcar-se no discurso, como por formas que indicam sua atitude ou sua posição sobre aquilo que fala: os modos indicativo e subjuntivo, modalizadores, elementos que expressam certeza ou incerteza e o próprio ‘não’.

Voltemos, agora, à questão da frase. Esta pertence ao universo da língua viva, posta em funcionamento por um ato individual de utilização que emana de um locutor, o qual a converte em discurso. Ora, a frase é bem o discurso. Porta um sentido sempre único e singular, que só é alcançado em relação ao locutor que se enuncia, centro de referência interna, e à instância-discursiva em que este o faz. Isso porque a frase comporta a noção de referência – é justamente pela necessidade de referir o mundo ao outro via discurso que nos enunciamos. Eis a grande razão pela qual a frase, o nível superior na análise, não é capaz de integrar elementos de níveis superiores. Para tal, é preciso ser distintivo de outros elementos de mesmo nível, entrando com eles numa rede de oposições que lhe delimitam a significação – ou seja, é preciso ser passível de entrar em relação paradigmática com outros elementos. Na língua, ser distintivo é ser significativo – cada signo tem de próprio tudo aquilo que os outros não têm. Isso é o que ocorre com os fonemas, morfemas e palavras. Nada parecido ocorre com a frase, que não pode entrar em uma rede de oposições com outras unidades de mesmo nível porque sua existência não é senão momentânea, e não é senão no momento de sua produção que ela significa, já que estabelece uma relação com o mundo exterior – comporta a noção de referência. Mas, embora a frase não seja termo integrante de nenhum outro elemento, ela é constituída em sua forma por termos também significativos que, por sua vez, integram-lhe o sentido: as palavras. Ao passo que a frase refere à determinada situação no mundo (e é exatamente tal situação a sua referência), essa referência é constituída a partir da combinação de palavras, cada qual comportando também uma referência específica no mundo. Se a palavra também comporta a noção de referência, é porque, assim como a frase, seu sentido também é delimitado somente em seu contexto de uso, sendo também sempre único e singular. O sentido de uma palavra é, portanto, seu emprego, e sua referência é bem o objeto que ela designa. Pensar no sentido de uma palavra como seu emprego é pressupor que uma mesma forma é passível

de distintos empregos, ou seja, de distintas significações. Mas de que forma falamos aqui? É bem do signo linguístico, unidade também concebida na forma e no sentido. Vimos que a forma de um signo é sua capacidade de dissociar-se em elementos seus constituintes, ao passo que seu sentido é ser reconhecido pela comunidade que o atualiza como termo pertencente à língua. Vejamos bem. Acabo de dizer que o signo, para que exista, deve ser reconhecido pela comunidade que “o atualiza”. Desse modo, a verdade é que não há elemento que exista fora da língua em funcionamento. Não há como reconhecer um signo senão no próprio uso da língua. Ao converter a língua em discurso, é bem do semiótico, a língua como sistema de signos identificáveis, que o locutor se apropria, convertendo os signos em palavras que terão um sentido singular conforme o modo com que forem empregadas. É a conversão da língua-sistema em língua-discurso. Eis aí a semantização da língua. O universo da língua em uso é bem a ordem do semântico, a língua que comunica, mas não há semântico sem semiótico, e o semiótico não existe senão para possibilitar o semântico. Essa dupla natureza da língua manifesta-se na enunciação. Semântico e semiótico engendram-se no discurso. A polissemia da língua é justamente as múltiplas possibilidades de emprego de uma palavra, as múltiplas possibilidades de conversão de um signo em palavra. Portanto, comunicamo-nos intersubjetivamente por frases, e o sentido da frase é sua ideia global, construída pelo agenciamento de palavras plenas de significação que lhe integram o sentido. É pela análise do sentido singular das palavras que se chega ao sentido global da frase, resultado da atuação das palavras umas sobre as outras.

Finalmente, língua, numa concepção benvenistiana, é comunicação intersubjetiva via discurso. É sentido materializado na forma; é a forma que, identificável, remete a um sentido. É o engendramento da ordem do semiótico e da ordem do semântico em seu funcionamento.

2.3 CONCEPÇÃO DE GRAMÁTICA

Entendo, como já disse aqui, que uma concepção de gramática se constrói a partir de uma concepção de língua e de linguagem. Vimos, nos itens anteriores, que a linguagem é a ponte que conduz um homem ao outro, sendo assim condição para a própria existência humana, pois esta só é possível em sociedade. O universo social dos homens pressupõe a linguagem, que está na natureza, possibilitando a consciência de

nós mesmos, dos outros e do mundo, bem como a relação entre todos os seres e todas as coisas, porque é o princípio da significação. Sociedade e linguagem são assim coisas que nascem juntas, duas faces de uma mesma moeda. Mas pensar a linguagem como parte da natureza é entendê-la na sua imaterialidade. Ela se manifesta, no entanto, de forma material através da língua. Se a linguagem é significante por natureza e a língua é a sua materialização, então entendemos por língua forma e sentido, sempre indissociáveis: o sentido vai se constituindo por meio das relações entre os elementos formais da língua. Mas o sentido é produzido porque há alguém que o faz, e o faz para outro alguém. A manifestação da linguagem por meio da língua só ocorre mediante um ato individual de utilização, em que determinado locutor se apropria da língua e a converte em discurso, referindo o mundo a um interlocutor, significando-lhe. Não existe língua fora do uso. O discurso é a sua efetuação, e procede de uma atuação enunciativa. O locutor, na produção do discurso, mobiliza as formas da língua visando à constituição de um sentido. Mas orientado pelo que agencia as formas da língua, organizando-as em arranjos que signifiquem ao outro? Eu diria que pela gramática de sua língua.

Ao nos enunciarmos, não é aleatoriamente que mobilizamos as unidades linguísticas que compõem nosso discurso. Isso porque o que queremos com essa mobilização é significar de modo a agir sobre o outro e atuar no mundo, e sabemos que nem todas as formas e nem todos os arranjos formais causam o mesmo efeito. Sabemos, inclusive, que nem todas as formas significam numa língua, ou, melhor dizendo, nem todas existem numa língua, já que significar é condição necessária e suficiente para a sua existência. É a própria estrutura da língua que determina os elementos que a ela pertencerão e os modos com que esses podem combinar-se ao serem atualizados em discurso por um locutor. Mas exatamente pelo que é estruturada uma língua? Ora, nada menos que por sua gramática. A gramática define a estrutura de uma língua, sendo assim o fio condutor que orienta o ato de enunciação. Ela comanda todas as relações existentes entre os elementos dos níveis da análise e estipula as várias maneiras – entretanto, limitadas – com que esses elementos podem combinar-se, sempre percorrendo o caminho que nos conduz ao sentido. Posso dizer que gramática é, portanto, o conjunto de procedimentos pelos quais os elementos vão constituindo o sentido no uso da língua.

Foi dito aqui que a língua é estruturada por uma gramática e que esta determina os procedimentos pelos quais os elementos linguísticos, de todos os níveis, podem

combinar-se a fim de produzir sentido no uso real da língua. Partindo dessas premissas, surgem alguns questionamentos: dizer que a língua é estruturada por uma gramática é compreendê-la como uma estrutura, mas que estrutura é esta? E como essa estrutura possibilita a comunicação intersubjetiva, ou seja, a produção do sentido? Afinal, que procedimentos são esses aos quais recorreremos para produzi-lo? Reflitamos um pouco sobre isso, já que compreender a gramática de uma língua é compreender sua estrutura, ou, melhor dizendo, é compreender como ela se estrutura em seu uso.

O que atribui à língua o caráter de estrutura é a sua natureza formal e articulada: como é a realização material da linguagem pelo homem, pressupõe-se que é constituída por formas; e como a linguagem é o princípio da significação, pressupõe-se que a língua quer significar por meio dessas formas. Daí procede sua natureza formal. Para que signifique por meio das formas, não basta atualizarmos estas no uso da língua, mas é preciso, nesse uso, organizá-las em arranjos significativos, de modo que a atuação de umas sobre as outras constitua um sentido. Daí procede sua natureza articulada. Eis, diante de nós, a língua concebida como estrutura: um número limitado e reduzido de unidades de base agenciam-se para formar unidades maiores, que, por sua vez, agenciam-se para formar unidades ainda maiores. Todas essas unidades são concebidas na forma e no sentido, estes sempre indissociáveis.

A estrutura da língua, porém, só se rebela em seu uso, quando o locutor, visando produzir um sentido sempre único e singular ao outro, organiza, hierarquicamente, as unidades que compõem o repertório da língua, combinando-as em arranjos. Desse modo, a língua é compreendida como estrutura ao passo que, no seu funcionamento, para significar, é organizada por quem a mobiliza. A questão agora é saber em que está ancorada essa organização, ou melhor, o que define os modos de arranjo que serão significativos na língua e quais não o serão. Deixemos esses questionamentos no ar e sigamos a linha de raciocínio, para que, em breve, possamos dar a eles respostas satisfatórias.

Não há absolutamente nada que possa ser comparado à estrutura da língua em seu uso, a língua viva que quer produzir sentido via discurso. Primeiramente, é estruturada por elementos pertencentes ao primeiro nível da análise e não definíveis em sua forma – os traços distintivos –, que se combinam para formar elementos de um nível superior – os fonemas –, integrando-os, e no interior destes entram numa rede de oposições com outros elementos de mesmo nível para, pela distinção, tornarem-se significativos; os fonemas, por sua vez, já definidos na forma e no sentido, combinam-

se, atuam uns sobre os outros, e por essa atuação integram o sentido de um elemento de nível superior, o morfema, tornando-se seus termos integrantes; os morfemas agenciam-se, e nesse agenciamento constituem o sentido da palavra, da qual são termos integrantes; por fim, as palavras se unem, atuando umas sobre as outras, e dessa atuação nasce a frase, último nível da análise, cujos termos integrantes são justamente as palavras. É pela relação de integração de um nível ao outro que os sentidos vão-se constituindo na língua. Mas, e a forma? Sabemos que o sentido é possibilitado pela forma, e que esta só existe em detrimento daquele. Sentido e forma são indissociáveis, pois a língua é mesmo forma e sentido. Pois bem, para chegarmos à forma de determinado elemento, temos de fazer o movimento contrário: decompô-lo em elementos de níveis inferiores, seus constituintes. Portanto, definimos o sentido de um elemento pela sua capacidade de integrar um elemento de nível superior, no qual exercerá uma função integrante, e definimos a sua forma por sua capacidade de dissociar-se em elementos de níveis inferiores, seus constituintes – tudo isso foi muito bem ilustrado no item anterior, “concepção de língua”. Eis a estrutura da língua, constituída por relações paradigmáticas – relações de combinação e oposição entre elementos de um mesmo nível – e relações sintagmáticas – relações de integração e decomposição, que se dão entre elementos de diferentes níveis. Todas elas constituem as relações forma e sentido presentes na língua, cuja função primordial é possibilitar a comunicação intersubjetiva por meio da produção de sentido.

Já vimos, no item “concepção benvenistiana de língua”, que é por frases que nos comunicamos intersubjetivamente, e que a frase é bem o discurso. Não há na língua uma totalidade de frases como há uma totalidade de palavras, visto que sua existência é momentânea e seu sentido é sempre singular, alcançado unicamente na instância-discursiva em que é produzido porque comporta sempre uma referência, que é mesmo a própria situação enunciativa. De fato, infinitas são as situações enunciativas; cada estado de coisas que provoca a produção do discurso é único. Consequentemente, infinitas são as possibilidades de frases. Entretanto, não são infinitas as possibilidades de agenciamento das unidades linguísticas, que vão integrando-se para formar unidades de níveis superiores, até mesmo porque a língua está estruturada por um número finito de elementos de base – os fonemas. Pois é a gramática da língua que define as combinações possíveis entre os seus elementos formais de modo a produzir um sentido sempre único. É ela que possibilita ao homem organizar a sua língua ao usá-la: todos os arranjos possíveis entre os elementos de diferentes níveis linguísticos são determinados

pela gramática da língua. Todas as relações paradigmáticas e sintagmáticas são estabelecidas de acordo com uma gramática a partir de *leis de estrutura, e cada língua tem uma multidão delas* (BENVENISTE, 1968, p. 17). Ora, e não existem tais relações sempre em vista da produção do sentido? E não é unicamente no uso da língua que fabricamos sentido?

A gramática existe, pois, no uso da língua. Não há língua sem gramática. Não há gramática fora da língua. Não há língua fora do uso. Não há, portanto, gramática fora do uso da língua. A gramática é o próprio funcionamento da língua, isto é, aquilo que rege esse funcionamento. Para entendê-la, temos de voltar à análise da estrutura da língua.

O discurso é o produto da atividade enunciativa, é a efetuação da língua assim que atualizada em palavras por um locutor. É ele a própria língua, que, mais uma vez, não vive e não tem utilidade a não ser pelo uso. Se estudar gramática é estudar as relações forma e sentido no emprego da língua, então é sobre o discurso que deve recair nossa análise. Já é sabido que a apropriação da língua e sua conversão em discurso é um ato mobilizado pela *necessidade de referir ao outro*, o que acarreta que o discurso é preenchido de uma significação alcançada unicamente em relação ao seu contexto de produção, já que *comporta a noção de referência*. O sentido de meu discurso é uma ideia global motivada por um estado de coisas exterior à língua (a própria situação em que me encontro), ideia essa que causa um efeito sobre o outro, ser atuante no processo de interpretação de meu dizer. Pois como meu dizer é interpretado? De que modo o engendramento das formas atualizadas em meu discurso se torna significativo a meu interlocutor? Ora, o sentido se faz compreendido justamente pela forma, a qual, por outro lado, para ter existência e ser identificável por aqueles que a empregam, deve sempre portar um sentido. Analisar um sentido é analisar uma forma, visto que um se define pelo outro. A forma do discurso, este que comporta bem o nível da frase, é assim definida por sua dissociação em palavras, cada uma também portadora de um sentido sempre único, definido em relação a sua referência; estas, ao agenciarem-se e atuarem umas sobre as outras, integram o sentido do discurso, sempre singular. Se chegamos a este pela forma, então a ideia portada pelo discurso é alcançada pela sua dissociação e pela análise do sentido de seus elementos constituintes. Estes, no entanto, só se tornam significativos em sua relação com o elemento de nível superior, o próprio discurso – lembremos que o sentido de uma forma linguística é a sua capacidade de integrar elementos de níveis superiores. Assim se dá com todos os níveis da análise. É o sentido analítico que nos conduz ao sentido global, mas, do mesmo modo, é somente em relação

ao sentido global que delimitamos o sentido analítico. A gramática é constituída, portanto, pelo movimento que vai do sentido analítico ao sentido global e vice-versa, movimento este imbricado nas relações forma e sentido produzidas no uso, na língua em funcionamento.

Mas, e a referência? Não há como escapar a ela se queremos analisar a realidade da língua, seu manuseio por nós, falantes, que tanto carecemos dela. Lembremos que a língua disponibiliza formas que estão aí para serem atualizadas pelo locutor num ato de apropriação. Essas formas portam uma significação constante, a significação do reconhecimento. Eis a língua comportando a REGULARIDADE. Mas assim que o locutor dá vida a essas formas – que existem na língua ao passo que são identificáveis –, empregando-as em determinada instância discursiva para com elas remeter a algo no mundo, elas se entorpecem de uma significação única, que quer ser compreendida pelo outro. Eis a língua comportando a SINGULARIDADE. A gramática é, assim, o modo como passamos, pela língua, da regularidade à singularidade visando à produção do sentido.

Mas há ainda outra questão a ser pensada se quero chegar a uma concepção enunciativa de gramática. Língua é forma e sentido atualizados em discurso por um locutor, que dela se apropria por um ato individual de utilização para chegar ao outro, ambos imersos em um tempo, um espaço e uma cultura. A língua é o lugar da intersubjetividade. Sabemos que o locutor que se enuncia é um homem no mundo, e, sendo assim, é ele um ser subjetivo constituído pela cultura em que está imerso – é essa mesmo a grande essência do ser humano, ser completamente diferente dos demais. Sendo o discurso produto de uma enunciação que emana de um ser repleto de subjetividade, ele carrega marcas desse locutor que se enuncia. Essas marcas tanto podem ser explicitadas pelo aparelho formal da enunciação, quanto implícitas. Ora, mesmo que a forma ‘eu’ não seja empregada no discurso nem uma única vez, tanto as formas atualizadas quanto o modo com que são arranjadas são escolhas feitas, dentre tantas outras formas e arranjos possíveis, por esse sujeito que se enuncia. A subjetividade daquele que se enuncia está impregnada no discurso. Mas há que se pensar que a cultura em que nasce e vive o homem é determinante na formação de sua subjetividade. Do mesmo modo, as escolhas feitas pelo locutor, quando este se apropria da língua, são condicionadas ao interlocutor, ao tempo e ao espaço dessa enunciação. De fato, não falo do mesmo modo com minha mãe, com meus professores, com meus alunos, com meu amigos, com meus desafetos, com meu cachorro. Igualmente, não falo

do mesmo modo com minha mãe quando estamos sozinhas ou quando estamos diante de outras pessoas, quando estamos rindo ou quando estamos brigando. Todos esses fatores influenciam meu discurso. Todos esses fatores orientam minhas escolhas formais e o agenciamento das formas a fim da produção do sentido. A própria ideia que se quer produzir por meio das formas é definida pelo outro, pela minha cultura e pela cultura deste outro, e pelo contexto enunciativo em que nos encontramos. Lembremos que gramática foi aqui concebida como o modo com que, no funcionamento da língua, os elementos formais se organizam na fabricação do sentido, ou seja, é a própria relação entre os níveis linguísticos, relações que nos conduzem do sentido à forma, da forma ao sentido, indo da regularidade à singularidade. Pois se as formas da língua, sempre regulares, são mobilizadas pelo locutor que as atualiza via discurso, sempre singular, e tanto a escolha das formas quanto a singularidade do discurso são definidas em relação ao eu, ao tu, ao aqui, ao agora e à cultura, então a gramática é, juntamente com a língua, o espaço da intersubjetividade. A gramática, que assim como a língua não existe fora do uso, é definida pela subjetividade do ‘eu’ que se enuncia’ e pelas relações (inter)subjetivas que ele mantém com o outro e com o mundo.

2.4 A GRAMÁTICA E O ENSINO

A discussão sobre a relevância de se estudar gramática nas aulas de português se enraizou já faz algum tempo no mundo acadêmico. Acredito que discutir ou não essa questão também está associado às concepções de língua, linguagem e gramática de cada um. Já sei que não existe língua sem gramática: língua é forma e sentido atualizada em discurso, e gramática é a maneira pela qual as formas nele se estruturam. Compreendo também que a tarefa do professor de português é refletir sobre o exercício da língua. Pois não me resta dúvida alguma de que é nosso dever supremo estudar (que é coisa bem distinta de ensinar) gramática com nossos alunos. Posso me arriscar ainda mais e afirmar que não há coisa que um professor de português possa fazer que não estudar gramática. O que se faz necessário, a meu ver, é reelaborar esse questionamento, e, ao invés de me questionar sobre a necessidade ou não de estudar gramática em sala de aula, me perguntar: “O que realmente é estudar a gramática de uma língua?”, “Como fazê-lo de modo significativo para a melhora do desempenho enunciativo e cognitivo – já que a língua é organizadora também do pensamento – de nossos alunos?”.

Já foi dito aqui que não há língua sem gramática. Sendo assim, estudar uma língua é estudar sua gramática. Também já afirmamos que não existe língua fora do uso. Não há, então, modo algum de estudar a gramática de uma língua desvinculada de seu uso. Mas qual será o objeto a partir do qual a língua e sua gramática devem ser estudadas? Ora, a função primordial da língua é comunicar intersubjetivamente via discurso, e é através de textos, orais e escritos, que o fazemos. Sempre que empregamos a língua, que produzimos sentido, estamos produzindo textos. Para elucidar essa questão, é preciso refletir, mesmo que rapidamente, sobre a noção de texto.

Em seu uso, a língua é convertida em discurso e atualizada individualmente por um locutor, em uma determinada instância-discursiva, ato esse mobilizado pela necessidade, para o locutor, de referir o mundo de modo significativo a um interlocutor, causando determinado efeito sobre este. O discurso porta, assim, uma ideia, um sentido global, que, como já vimos, é constituído a partir do sentido analítico de suas partes, que agem umas sobre as outras. Como o discurso é produto de um ato individual de atualização da língua por um locutor a um interlocutor, em determinado tempo e em determinado espaço, o eu/tu e o aqui/agora da enunciação são sempre pontos de referência a partir dos quais se compreenderá o sentido do enunciado. Bom, se pensarmos no texto como o produto de uma atividade mobilizada por um homem, que o faz para significar e referir a outro homem, em determinada sociedade, em determinada cultura e em determinado tempo, então o entenderemos como nada mais nada menos que o próprio ato enunciativo, o espaço da intersubjetividade. E se também concebermos o texto como unidade significativa da língua – porque tem uma forma e significa como um todo, ou seja, tem um sentido global, constituído por unidades formais de níveis inferiores também significativas, todas correlacionadas de modo a atribuir ao texto também o caráter de unidade –, poderemos compreendê-lo como discurso, justamente o produto do ato de enunciação que emana de um locutor.

De fato, diremos, com Knack (2012), que o texto pode ser considerado um “ato de atualização da palavra” (p. 150), e que, nessa concepção, podemos analisá-lo sob duas perspectivas: como ato e como produto do ato. Do ponto de vista do ato, olhamos para o texto de modo a nele enxergar a relação de intersubjetividade entre o eu-tu ali constituídos e a relação entre o ‘eu’ que se enuncia e sua própria enunciação, cujo produto carrega marcas da subjetividade do ‘eu’. Do ponto de vista do produto do ato, ou seja, do discurso, nos voltamos para o texto de modo a perceber as relações forma e sentido ali estabelecidas. O texto é, assim, concebido por Knack – sempre orientada,

bem como eu, pelas reflexões de Émile Benveniste –, o fenômeno geral da enunciação: ato e produto do ato são “simultâneos na atualização da língua, e, assim no texto” (p. 151). Certamente, já que só mobilizo individualmente as formas da língua e as agencio porque quero referir o mundo ao outro e produzir-lhe sentido via discurso, onde as relações forma-sentido podem ser analisadas. No entanto, para Knack o texto como fenômeno geral da enunciação – fenômeno que, para Benveniste, é o ato individual de fazer funcionar a língua ao convertê-la em discurso – concretiza-se a partir dos fenômenos específicos da enunciação, que, conforme Benveniste, é a atualização falada e atualização escrita da língua. O texto pode ser, portanto, falado ou escrito. Não esqueçamos que, se a comunicação intersubjetiva só ocorre mediante o discurso, produto do ato de atualização da palavra, e se o texto é mesmo esse ato e esse produto, então só empregamos a língua e atingimos o outro através de textos, falados e escritos. É claro que tanto o texto falado quanto o texto escrito são modos diferentes de concretização da língua, cada qual comportando características próprias. Isso, no entanto, já foi bem trabalhado por Knack, e não é tema para agora. Para mim, basta o entendimento de texto como ato enunciativo, atividade intersubjetiva da qual decorre o discurso, atividade esta que pode efetuar-se no âmbito da fala e no âmbito da escrita.

Torna-se evidente que olhar enunciativamente para o ensino de língua é considerar que é ao redor do texto que deve girar a aula de português, visando a desenvolver nos alunos habilidades e competências para ler e interpretar textos bem como para produzi-los, possibilitando-lhes assim a atuação consciente na sociedade, ou seja, uma enunciação com propriedade. Portanto, toda e qualquer reflexão linguística deve ser feita a partir de um texto real, sempre a serviço da compreensão de seu sentido ou da sua produção. E é exatamente aqui que entra o ensino de gramática. Texto é discurso, produto do ato enunciativo (comportando, assim, o próprio ato); discurso é a língua atualizada em palavras; língua é forma e sentido atualizada em discurso; gramática é a relação dos elementos formais na constituição do sentido na língua convertida em discurso: conseqüentemente, o texto, concebido como discurso, é organizado a partir de uma gramática própria.

O texto, concebido como discurso, nada mais é que o próprio nível da frase. Tem, no entanto, uma peculiaridade. Ele, discurso, antes de formado por palavras atualizadas que se agenciam, é formado por frases atualizadas que se sequencializam. O texto, ele próprio discurso portador de uma ideia – o sentido global –, é ao mesmo tempo uma sequência de discursos, cada qual portador de um sentido que integra e

constitui o sentido global do texto. Simultaneamente, cada sequência discursiva é também um todo significativo definido em sua forma por dissociar-se em palavras também dotadas de sentido, e é pelo exame do sentido analítico dessas formas, sempre atuantes umas sobre as outras, que podemos chegar ao sentido global da frase. Por outro lado, é pela observação do sentido analítico das frases dispostas em sequência, elementos que também agem uns sobre os outros, que alcançamos, enfim, o sentido global do texto como um todo. Eis aí, diante de nossos olhos, a gramática inerente ao texto. Interpretar o sentido de um texto e produzir um texto coerente pressupõe um observar atento a todos os movimentos ali presentes, que vão de um nível a outro, do sentido à forma e da forma ao sentido, ou seja, do sentido global ao sentido analítico (onde, a partir da dissociação de uma unidade em seus constituintes, compreendemos a sua forma) e do sentido analítico ao sentido global (onde, a partir da integração de uma unidade em outra de nível superior, na qual exerce uma função integrante, chegamos ao seu sentido). Interpretar e produzir um texto requer, portanto, compreender todas as relações forma-sentido que ali coexistem; requer trabalhar com a verdadeira gramática da língua: a gramática enunciativa.

Mas há que se ter algo em vista. Perdê-lo de foco é cegar-se diante do texto. As reflexões que fizemos acima, associando texto a gramática (e chegando à conclusão de que, na verdade, são coisas indissociáveis), vão ao encontro da concepção de texto como discurso, produto do ato enunciativo. Mas, e o ato? Ora, o texto, enquanto ato, é a própria atividade de mobilização da língua por um sujeito que se enuncia a outro sujeito, ambos imersos numa cultura, num tempo e num espaço. Desse modo, a análise das relações forma e sentido no texto, na realidade a própria constituição do seu sentido, só se faz possível quando o colocamos em relação ao locutor que ali se enuncia, ao interlocutor a quem o texto é direcionado, e ao tempo e espaço de realização dessa enunciação. Todos esses são centros de referência a partir dos quais o discurso torna-se significativo. Aqui, se faz necessário pensar na particularidade do texto escrito.

O texto falado, salvo raras exceções, tende a ser produzido num tempo e espaço compartilhados pelos participantes da relação intersubjetiva. O texto escrito é de outra natureza. O tempo e espaço globais tanto podem ser compartilhados (uma notícia que é lida no mesmo dia em que é publicada) ou não (uma carta lida 30 dias depois de seu envio). No entanto, o momento exato de realização do ato – e aqui concebo tanto a escrita quanto a leitura atos enunciativos distintos – nunca é simultâneo para ambos. Desse modo, a interpretação e a produção do texto é sempre condicionada ao eu-tu da

enunciação, ao tempo e espaço da locução de ‘eu’ e ao tempo e espaço da alocação de ‘tu’. Somente assim o texto pode ser concebido. Somente assim podemos estudar a sua gramática.

Concluo que as aulas de português, para que nelas abordemos a língua sob uma perspectiva enunciativa, devem ter no texto seu norte. Este, ato de mobilização da língua por um locutor, deve ser definido na relação eu-tu, e nunca fora dela, concebendo locutor e interlocutor como seres subjetivos que atuam sobre o discurso: a enunciação emana de um ‘eu’ inserido em determinada cultura, determinado tempo e determinado espaço, e por isso deve ser estudada em relação a este; o discurso de ‘eu’, no entanto, causa um efeito sobre ‘tu’, efeito esse determinado pela cultura, tempo e espaço em que este se insere, bem como por sua própria subjetividade, devendo o ato também ser estudado em relação a este outro. Como discurso, são as relações forma – sentido que devem ser estudadas, visando à compreensão do sentido global do texto pela análise do sentido analítico de suas partes. Assim, todas as reflexões linguísticas serão voltadas para o exame da função de determinado elemento na construção do sentido global do texto.

3. DA TEORIA PARA ANÁLISE: O FUNCIONAMENTO DA GRAMÁTICA ENUNCIATIVA NO TEXTO

A escolha do texto

Começo, primeiramente, justificando a escolha do texto para a análise. Escrever um trabalho de conclusão de curso, evidentemente, não é uma escolha minha, mas uma obrigação. Entretanto, como faço com tudo na vida, tento transformar aquilo que me é imposto naquilo que me seja útil e, principalmente, agradável. Só assim consigo dar o devido valor às coisas, bem como o faço agora neste ato de enunciação. Pois bem, o tema ao redor do qual gira este trabalho foi definido a partir de minha experiência profissional, e todo o estudo aqui depositado tem a finalidade de me auxiliar a me constituir como professora que quero ser, que vê o estudo e a pesquisa (contínuos!) como peça essencial para a formação de um professor capacitado para exercer sua função. Meu trabalho, assim, se faz útil. Mas a utilidade não é o único alvo aqui, nem em nada na minha vida. Quero, acima de tudo, me divertir.

Pois foi justamente a vontade (e a necessidade) de me divertir que me conduziu a escolher um texto do escritor, ator e comediante Gregório Duvivier. Gregório não é só um cara da minha geração, mas é um cara da minha geração que me representa. Acompanho semanalmente suas crônicas na *Folha de São Paulo* e seus vídeos no *Porta dos Fundos*, o considero uma pessoa crítica, lúcida, aberta e, é claro, divertida. Identifico-me ideologicamente com ele – apesar de nem sempre concordar com seu ponto de vista. Além disso, creio que esse texto interessaria muito o público a quem me esforço aqui para fazer um bom trabalho: alunos da educação básica (anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio).

Por fim, acho que é dever supremo da academia cultivar nossa herança cultural, tanto na linguística quanto na literatura. Mas olhar para trás não é necessariamente não olhar para a frente, e acredito que ninguém melhor que os novos pesquisadores (no meu caso, uma reles aspirante a) para propor esse movimento.

Te convido então, caro leitor, a adentrarmos juntos o grande universo que pode ser um texto e, através desse ato de leitura, enunciar-se juntamente comigo. Ora, se concebemos o texto como discurso é porque o concebemos como produto da enunciação de um locutor, que é bem o autor. A enunciação é o espaço da intersubjetividade, portanto, se o locutor-autor tem a necessidade de referir via texto a um público leitor,

nós, leitores, compreendidos como seu interlocutor, temos a possibilidade de coreferir a ele em uma enunciação de resposta. Essa enunciação de resposta é o próprio ato de leitura, é o modo como concebo o texto a partir dos efeitos de sentido que ele causa sobre mim. Pois a análise que virá a seguir é o produto de minha enunciação de resposta ao texto de Gregório Duvivier, cujo sentido é constituído a partir dos efeitos que a enunciação do autor causou sobre mim. Este trabalho situa-se, portanto, em uma dimensão de leitura-análise para, no final, trazer uma proposta de ensino que se sustente em leitura-reflexão linguística e produção. “Na leitura, está posto o ato de passagem de locutor a sujeito. Não apenas com a figura do autor, mas também com a que lê, que se coloca subjetivamente, sendo, então o campo da leitura o da subjetividade, pois toda a leitura procede de um locutor e produz um sujeito” (NAUJORKS, 2011, p. 70). Neste termos, a leitura e, conseqüentemente, a análise é um ato de enunciação com todas as suas implicações.

Se me permitires, quero te trazer junto comigo, de modo que olhes para este texto usando as minhas lentes, e que de ‘eu’ possamos nos tornar um ‘nós’ e irmos, neste percurso, constituindo a nossa leitura enunciativa. Vamos?

3.1 O TEXTO

ORGULHO HETERO³

Caro Gregório-mais-velho,

quem te escreve desse endereço do zipmail é o Gregório de 13 anos de idade. Quero muito ser você quando eu crescer, rrsrs. Falando sério: não queria que você se transformasse numa pessoa careta. Existe uma patrulha do politicamente correto que não para de crescer. Como eu quero que você seja comediante, eu acho que você tem que lutar contra essa hipocrisia do politicamente correto. Queria que você botasse o dedo na ferida e falasse umas verdades que ninguém tem coragem de dizer. Por exemplo, estou escrevendo um texto bom. Diz assim: todo o mundo pertence a uma minoria. A pessoa ou é negra ou parda ou deficiente ou gay ou mulher ou tudo junto (se for tudo junto é o Michael Jackson, hahaha). Eu, que sou homem, branco, heterossexual, ateu, acabo fazendo parte de uma minoria ínfima. Por que é que não fazemos o dia nacional da consciência branca, hahaha? Ou a passeata do orgulho hétero, kkkkk? Por que toda feminista é feia, rrsrs? Bom, você já tem material para um stand-up.

Caro Gregório-mais-novo,

virei aquilo que você mais odeia. Você ainda não sabe disso, mas você é reacionário. Só que você tem a sorte de conviver com pessoas progressistas. Isso é uma sorte. Mas é, também, uma falta de sorte (nisso a gente se parece: eu também não falo a palavra azar. Merda). Você confunde o mundo com as pessoas ao seu redor: artistas, feministas, humanistas, ativistas. Você acha que ser contra essas pessoas é ser contra a corrente. Más notícias (você talvez ache que são boas). O mundo, assim como você, é machista, racista e homofóbico. Não cabe aqui inserir números e gráficos que provam isso. E eu não quero encher sua caixa do zipmail, que lota tão rapidinho. Mas é bom explicar uma coisa: minoria é um conceito político, e não demográfico. O Senado tem 81 senadores dos quais apenas um se declara negro ou pardo. Nenhum deles se declara gay. Gays são espancados todo dia por serem gays. Você acha que inventou o "Orgulho branco", mas esse era o slogan da Ku Klux Klan. Suas piadas são mais velhas que o mundo. Ouve o Millôr, de quem você gosta tanto: "Uma coisa é ser o rei dos palhaços, outra é ser o palhaço dos reis". Quanto às mulheres: você não vai pegar ninguém sendo machista. Você reclama que as mulheres não gostam de você, mas você parece que não gosta delas. Lê um pouco sobre feminismo antes de odiar o feminismo. Ah, e pare de usar onomatopeias de risada.

³ Texto de Gregorio Duvivier, publicado na Folha de São Paulo, em 28/04/2014.

3.2 A ANÁLISE

Nossa⁴ análise do texto “Orgulho hetero”, de Gregório Duvivier, se constituirá a partir das reflexões trazidas no segundo capítulo. Assim, o fotografarei com minha lente enunciativa, e, como boa fotógrafa, o captarei de diversos ângulos. O primeiro, evidentemente, é o seu sentido global, já que é mesmo a partir deste que todas as outras análises se tornam possíveis. Compreender o sentido global é perceber como os elementos formais (e também significativos!) de diferentes níveis se combinam, integrando o discurso (o texto em si) a fim de atribuir a ele o caráter de unidade significativa – ou seja, um todo significativo constituído por formas também significativas, as quais atuam umas sobre as outras, e, nesse engendramento, ao integrarem o sentido de um elemento de nível superior, adquirem cada qual um sentido singular. Portanto, para compreender o sentido global do texto, é preciso compreender o seu sentido analítico. Um nos conduz ao outro, e vice-versa. Nossa análise procurará responder, assim, às seguintes perguntas: que sentido assumem as formas dentro do contexto em que estão inseridas? De que maneira elas agem umas sobre as outras de modo a alterar-lhes o sentido? E qual a relação entre o sentido global e o analítico? De que modo um acaba sendo definidor do outro? Entretanto, nenhuma dessas análises se faz possível se não considerarmos a(s) relação(s) intersubjetiva(s) que ali existe(m), afinal, falamos aqui do sentido do discurso (texto), este produto de uma enunciação que emana de um locutor, o qual quer, pela significação, alcançar o outro e agir sobre ele. Analisaremos, assim, as relações intersubjetivas entre o locutor e interlocutor, atentando para as marcas que colocam aquele em constante relação com seu discurso e que o definem como sujeito único e singular. Quero, assim, responder às seguintes perguntas: quem são os interlocutores que ali se enunciam? De onde o fazem? Por que o fazem? E como o fazem? Como as relações intersubjetivas presentes no texto são indispensáveis para compreendermos o seus sentidos global e analítico, elas devem permear toda a análise, auxiliando-nos a compreender as relações forma-sentido constituídas no texto em questão. Mas antes de adentrarmos na análise de fato, é necessário refletirmos sobre algumas questões que me permitirão olhar para o texto com mais propriedade.

⁴ Caro leitor, deves ter percebido que até aqui era ‘eu’ quem falava, mesmo nos momentos em que parafraseava os pensamentos de nosso querido Benveniste. Evidentemente, continuo sendo ‘eu’ a falar, mas como agora adentrarei no universo do texto, e seria muito do meu agrado que tu concordasses com as coisas que vou dizer, te convido a fazê-lo junto comigo. Acho que nós, juntos, podemos fazer um ótimo trabalho.

Lembremos, como já foi apontado neste trabalho, que, pela teoria enunciativa, o texto é concebido como discurso, produto de uma enunciação emanada de um locutor que tem a necessidade de alcançar o outro por meio da significação. Assim, se sempre que nos enunciamos e produzimos discursos portadores de sentido, estamos também produzindo textos. Não há como comunicar-se intersubjetivamente senão por meio de textos.

Diremos, com Marchuschi (2002), que todo texto pertence a um gênero. Logo, quando nos apropriamos da língua e a atualizamos em discurso, produzindo textos, estamos também produzindo gêneros. Não há maneira de significarmos ao outro que não por meio de gêneros. Para o teórico, estes são organizadores da sociedade, visto que exercem nela uma função social; sendo assim, serão definidos mais por sua função do que pelo seu formato – é claro que cada gênero também comporta uma estrutura e marcas que lhe caracterizam como tal, mas estas estão na dependência de sua função. Pensando assim, diremos com nosso bom e velho Bakhtin (1992) que *os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados*: **estáveis** porque todos os textos pertencentes ao mesmo gênero terão uma função social, um formato e marcas semelhantes que lhe são característicos – é mesmo através disso que conseguimos reconhecer a que gênero pertence um texto; **relativamente** estáveis porque sabemos que cada enunciado é único e singular, pois é produzido por determinado ‘eu’, que se direciona a certo ‘tu’, em um ‘aqui’ e um ‘agora’ específicos – consequentemente, cada atualização de um mesmo gênero será singular, já que o texto, concebido como produto da enunciação, será também sempre singular. Isso sugere que o sentido global do texto mantém uma estreita relação com o gênero ao qual este pertence, afinal os gêneros são definidos pela função social que exercem no mundo, e quando nos enunciamos, produzindo textos, o fazemos pela necessidade de agir de determinado modo sobre o outro e sobre o mundo, exercendo assim uma função social: informar, agradecer, ordenar, questionar, emocionar, instigar, incomodar, agradar, coordenar, orientar, surpreender, divertir etc.

Partindo da reflexão feita até agora, pode-se dizer que o sentido global do texto (concebido, pelo viés enunciativo, como discurso) será depreendido em relação ao contexto de sua produção (eu/tu/aqui/agora), ao seu gênero e às relações entre forma e sentido nele presentes, as quais o constituem como texto. Agora, sim, sinto-me preparada para mergulhar na análise do texto de Gregório Duvivier.

“Orgulho hetero”, além de, na sua condição de texto, ser ele mesmo um discurso, produto de uma enunciação que emana de um locutor (autor) e é destinada a

um interlocutor (leitor)⁵, comporta também, em seu interior, um diálogo entre interlocutores que se enunciam, o que está muito associado ao gênero textual ao qual o texto pertence: a crônica. Este gênero parece ter a função social de levar o interlocutor a refletir sobre coisas corriqueiras, banais, cotidianas, normalmente comuns à vida de todas as pessoas, levando-o a enxergar nelas mais profundidade do que realmente aparentam ter – assim, a crônica nos faz pensar sobre aquilo em que normalmente não pensaríamos. Ao mesmo tempo, também pode ter a função de levar ao conhecimento do público a opinião crítica do autor sobre determinado fato atual: em forma de comentário, normalmente numa linguagem mais informal, acessível a todos, como quem fala sobre política na mesa de um bar, o locutor traz argumentos consistentes (ou que tenham a pretensão de o ser) para defender seu ponto de vista sobre determinado acontecimento da semana, do ano, do mês, buscando persuadir o seu interlocutor. Por conta disso, a maioria das crônicas só faz sentido de fato quando lida no contexto sócio-histórico em que é produzida – é claro que, por meio de crônicas produzidas em outros tempos de nossa história, podemos ter vestígios do pensamento do homem da época, de como determinado acontecimento foi concebido pelas pessoas que o presenciaram. Além disso, tal gênero costuma ser veiculado em jornais – justamente por versar sobre fatos atuais ou cotidianos, ou os dois ao mesmo tempo – e por isso mesmo tem, no geral, uma curta extensão. Outra característica comum a esse gênero, também vinculada à função social e ao veículo em que circula, é que tem, geralmente, uma linguagem mais informal, porque quer ser acessível a todos⁶.

Sem mais rodeios, atemo-nos agora ao texto a ser analisado. O seu sentido global é depreendido do texto como um todo, discurso produzido pela enunciação que emana do locutor (no caso, o próprio Gregório Duviver) e é dirigida a um interlocutor (no caso eu, leitora). Esse discurso é constituído por uma troca de enunciados entre dois interlocutores: Gregório-mais-novo e Gregório-mais-velho. O mais novo, num ato enunciativo, escreve um email ao mais velho, expondo-lhe as suas expectativas sobre seu próprio futuro, ou seja, expondo as expectativas que deposita sobre seu interlocutor. Quinze anos depois, o mais velho correfere, numa enunciação de resposta, ao mais novo, também via email, criticando-o e mostrando-lhe que todas as suas expectativas

⁵ Lembremos que a leitura também compreende um ato de enunciação.

⁶ A definição do gênero crônica aqui exposta foi livremente inspirada na obra “A crônica”, de Jorge de Sá, lançada pela Série Princípios. Digo livremente inspirada porque eu, como leitora assídua de crônicas, penso que também posso expor aqui minha interpretação acerca daquilo que caracteriza o gênero.

quanto ao seu futuro, ou seja, quanto ao presente do locutor que agora se enuncia, estavam equivocadas. Eis a situação que nos permite chegar ao sentido global do texto: a troca enunciativa entre dois interlocutores que representam a mesma pessoa, mas que enunciam-se em um tempo e um contexto muito diferentes, revelando que, na verdade, são pessoas completamente diferentes.

Os efeitos de sentido causados por esse diálogo, que constitui o primeiro plano de leitura (o texto “Orgulho hétero” como um todo, cujo locutor é Gregório Duvivier), nos levam a refletir sobre um fato que, de tão cotidiano e comum a praticamente todos os homens, muitas vezes passa por nós despercebido: a ação do tempo sobre as pessoas, sobre suas atitudes e sobre sua forma de ver o mundo – o fato de que, em nossa vida, não somos sempre os mesmos, que o que somos hoje é resultado de um longo percurso de aprendizagem. Também pensamos, a partir da leitura do texto, sobre a manifestação de diversos tipos de preconceito existentes em nosso país, a qual nem sempre é escancarada. O que diferencia os dois interlocutores que trocam e-mails é justamente o modo como eles concebem a luta contra os preconceitos, a luta das minorias (o próprio conceito de minoria não é o mesmo para cada um). Eis o sentido global do texto, cuja apreensão foi muito possibilitada, além de uma série de outros fatores, pela identificação do gênero. Mas como, afinal, chegamos a esse sentido?

Ora, vimos, no segundo capítulo deste trabalho, que o sentido do discurso, último nível da análise, é alcançado pelo agenciamento das formas que o integram, as quais agem umas sobre as outras constituindo, assim, um sentido. Também vimos, no parágrafo anterior, que o texto “Orgulho hétero” compreende ele mesmo um discurso, mas comporta, em seu interior, outros discursos, já que se trata da relação enunciativa entre dois interlocutores. O que temos aqui, portanto, são textos dentro de um texto. São esses, pois, os elementos constituintes do texto como um todo, os quais cumprem, no seu interior, uma função integrante. A forma do texto define-se assim por sua capacidade de dissociar-se nos seus elementos constituintes – no caso, os discursos produzidos pela(s) relação(ões) intersubjetiva(s) que o integram –, e seu sentido (no caso, o global) define-se pela relação entre seus elementos constituintes, que combinam-se, atuam uns sobre os outros e passam de constituintes a elementos integrantes do texto como um todo. Ora, sendo assim, para compreender o sentido global do texto, é necessário dissociá-lo em unidades formais de um nível inferior, analisando a função integrante que cada uma exerce na constituição do sentido do texto.

Adentramos, aqui, em um segundo plano de leitura, buscando COMPREENDER o sentido analítico do texto “Orgulho hétero” para COMPREENDER o seu sentido global (o qual, por sua vez, determina o sentido analítico). Mas nos vemos diante de uma faca de dois gumes: para compreender o sentido analítico do texto (isto é, a relação entre os discursos produzidos, alternadamente, por Gregório-mais-novo e por Gregório-mais-velho, que interagem enunciativamente), é preciso, primeiramente, compreender o sentido global de cada um dos discursos produzidos na relação enunciativa estabelecida entre Gregório-mais-velho e Gregório-mais-novo, já que se trata, aqui, de dois textos propriamente ditos (emails). Para fazê-lo, é preciso analisar analiticamente o sentido constituído em cada discurso, RECONHECENDO ali formas da língua e observando como estas agem umas sobre as outras, combinando-se de modo a adquirir, cada uma, um sentido singular (alcançado em relação ao contexto discursivo) ao integrar um elemento de nível superior, exercendo ali uma função integrante que constitui o sentido do texto.

O que se faz agora, portanto, é analisar como se constrói o sentido global de cada um dos discursos produzidos a partir dos atos enunciativos dos locutores que ali se constituem, relacionando-se intersubjetivamente. Para tal, temos de identificar quem são os locutores que ali se enunciam, para quem o fazem, com que propósito o fazem e que formas são mobilizadas por eles para produzir sentido ao outro – como essas formas constituem o sentido. O conhecimento dos locutores é essencial, visto que, como já foi dito e redito, o sentido é sempre definido em relação ao eu/tu/aqui/agora, e todas as formas presentes no discurso bem como o seu engendramento revelam a subjetividade do locutor, que se mantém em constante relação com seu próprio discurso, constituindo-se como sujeito. Bem, há três formas de o locutor marcar-se em seu discurso, apresentando-se como tal: em primeiro lugar, através de índices específicos que se referem ao contexto de produção do discurso, ou seja, através do aparelho formal da enunciação, que comporta as formas que marcam pessoa, tempo e espaço; em segundo lugar, através de procedimentos acessórios pelos quais o locutor busca atingir o outro e interferir de algum modo em seu comportamento, ou seja, através do aparelho de funções; e, em terceiro lugar, através da constituição da referência pelas relações entre os elementos dos diferentes níveis da análise, ou seja, pelas relações forma e sentido. Analisar o sentido analítico de um texto é analisar todas essas marcas. Pois é sobre isso que recairá, agora, a nossa análise sobre o discurso de Gregório-mais-novo e sobre o discurso de Gregório mais velho. Compreendendo o sentido global de ambos os

discursos, poderemos analisar como a relação intersubjetiva entre estes interlocutores contribui para a constituição do sentido global do texto como um todo. Antes de adentrarmos na análise específica do dizer de cada locutor que se enuncia no diálogo interior ao texto, vejamos primeiro o que ambos os discursos têm em comum.

Se Gregório-mais-novo e Gregório-mais-velho enunciam-se um ao outro via discurso, então estão produzindo textos e, conseqüentemente, gêneros. Lembremos que definir o gênero discursivo de um texto é também peça essencial para o alcance de seu sentido, já que os gêneros cumprem determinada função social em nossas relações intersubjetivas. Pois tanto o discurso do mais novo quanto o discurso do mais velho pertencem ao gênero e-mail, o que estabelece alguns pressupostos: o e-mail corresponde a um texto escrito, e, sendo assim, os interlocutores não dividem o mesmo tempo nem o mesmo espaço quando se enunciam um ao outro. O que temos, no texto de Gregório Duvivier, é explicitamente um hibridismo de gêneros – discursos no interior de outro discurso; textos no interior de outro texto; gêneros discursivos no interior de outro gênero discursivo. O texto como um todo pertence ao gênero crônica, mas o sentido deste é constituído a partir dos produtos da enunciação de outros interlocutores, que se apropriam da língua e a põe em funcionamento na forma de e-mails. O interessante é que a presença do gênero e-mail no gênero crônica é possibilitada pelo próprio gênero crônica: esta tem linguagem informal e costuma versar sobre temas do cotidiano, e o que é mais cotidiano que uma troca de e-mails? Começemos, finalmente, a análise específica do discurso desses interlocutores, que trocam e-mails entre si.

3.2.1 Análise do produto da enunciação de Gregório-mais-novo

O discurso de Gregório-mais-novo é repleto de marcas de pessoa, havendo ali um equilíbrio entre a quantidade de ocorrências de formas de primeira pessoa e a quantidade de ocorrências de formas de segunda pessoa. Essa equivalência está associada à constituição do sentido global do texto, mas isso é uma questão à qual voltaremos mais adiante. A primeira coisa para a qual devemos voltar nosso olhar é a quem se referem essas marcas. Quem é o “eu” que se enuncia e quem é o “tu” a quem o “eu” direciona sua enunciação? Como depreendemos sua referência e delimitamos seu sentido no discurso? Como estamos na modalidade escrita da língua, não dividindo o mesmo tempo e o mesmo espaço com aquele que se enuncia, não basta colocarmos

essas formas em relação ao momento de sua atualização e àquele que as mobiliza. É inclusive isso que queremos saber: quem é esse que mobiliza as formas “eu” e “tu” em seu discurso? São as demais formas atualizadas no discurso – todas portadoras de significação, sendo assim reconhecidas por nós, falantes, como formas pertencentes à língua – que, ao serem organizadas em arranjo e integrarem um elemento de nível superior, nos conduzem a esse sentido, constituindo a referência no discurso.

Analisemos a primeira frase do texto de Gregório-mais- novo:

“quem te escreve desse endereço do zipmail é o Gregório de 13 anos de idade”

É essencial, para que delimitemos a referência desse “quem te escreve”, que a forma “13 anos de idade” – que significa – combine-se à forma “Gregório” – que também significa. Ao se arranjarem, a forma “13 anos de idade” atua sobre a forma “Gregório”, especificando-a e resultando na expressão “Gregório de 13 anos de idade”, que tem um sentido distinto das formas “Gregório” e “13 anos de idade”. Do mesmo modo, a forma “Gregório de 13 anos de idade”, cuja significação é uma, em combinação com as demais que compõem a frase, atua sobre a forma “quem te escreve”, cuja significação é outra. Dessa combinação, nasce o enunciado em questão cuja significação é distinta das formas isoladas e é compreendida pelo leitor. Percebemos, assim, que vamos costurando o sentido conforme as formas, sempre significativas, agem umas sobre as outras, integrando um elemento de nível superior, constituindo-lhe a significação. Temos, aqui, pressupostos para afirmar que a referência das formas de primeira pessoa presentes no discurso é mesmo o Gregório de 13 anos. Como, se não há neste enunciado aqui analisado um só “eu”? Mais uma vez, alcançamos o sentido pelas relações de combinação e integração dos elementos. Já vimos, no capítulo 2 deste trabalho, que a escrita é um ato enunciativo, e **aquele que escreve é o grande mobilizador desse ato**, o locutor; além disso, também já sabemos que a forma “eu” tem por característica referir àquele que se enuncia, representando-o em toda a sua singularidade. Ora, a forma “escreve”, cuja significação nos é clara, combinada à forma “quem te”, e essas combinadas à forma “é o Gregório de 13 anos” não nos deixam dúvidas de que o locutor, no presente discurso, é mesmo o menino de 13 anos. Sendo assim, os “eus” ali presentes e todas as demais formas de primeira pessoa se referirão a ele, sendo sempre associadas à forma “Gregório de 13 anos” presente na primeira frase do texto. De fato, logo na segunda frase do texto, as formas

“quero” e “eu” são postas em relação ao sentido da frase anterior, tornando-se, assim, também plenas de significação.

Há também outras formas presentes no discurso que colocam o locutor em relação constante com sua enunciação, marcando sua subjetividade e constituindo-o como sujeito. Existem jargões usados por profissionais de determinada área que acabam identificando-o como tal. Há também regionalismos que, quando empregados no discurso de alguém, não deixam dúvidas da origem dessa pessoa. Do mesmo modo, existem expressões e modos de enunciar-se característicos de crianças, adolescentes, adultos e idosos. No discurso de Gregório, formas como “falando serião”, “pessoa careta”, “rsrsrs”, “kkkkk” dizem-nos algo sobre o locutor que as enuncia. Tais formas são, de fato, encontradas no discurso adolescente, e, sendo atualizadas pelo locutor, fornecessem pistas ao interlocutor sobre a pessoa que fala. Não há como esconder-se dentro da própria fala. Escolher um vocábulo ao invés de outro já é algo movido pela subjetividade do locutor, que ficará marcada em seu discurso. De algum modo, o sujeito está sempre ali, mesmo que bem escondidinho.

Mas quem é o interlocutor a quem esse ‘eu’, o menino Gregório, se refere? É claro que, logo no início de seu discurso, a significação da forma “Caro Gregório-mais-velho”, analisada em relação ao gênero ao qual o texto pertence, já nos conduz à conclusão de que é este mesmo o seu interlocutor, a quem as formas de segunda pessoa se referirão – sabemos que iniciamos um e-mail referindo-nos a nosso interlocutor pelo seu nome próprio, numa espécie de vocativo. Entretanto, tanto a forma “Gregório-mais-velho” quanto as de segunda pessoa ainda não estão plenas de significação: “você” e “te” se referem, certamente, a Gregório-mais-velho, mas quem, exatamente, é esse cara? Nada me garante que seja uma projeção do menino para aquilo mesmo que ele quer ser – afinal, quantos Gregórios não existem por aí? Para, de fato, delimitar a referência da segunda pessoa, é preciso analisar esses elementos no interior do texto, na relação com os outros elementos de mesmo nível e de nível superior, ou seja, na relação forma-sentido que permeia todo o texto. Bom, se associarmos o elemento “Caro Gregório-mais-velho”, depois de ter delimitado a referência de primeira pessoa, a frases que compõem o texto como “*quero muito ser você quando crescer*”, “*não queria que você se transformasse numa pessoa careta*”, “*como eu quero que você seja comediante*”, fica claro que temos aqui um interlocutor imaginário, uma projeção do locutor para o seu futuro. Essa referência é estabelecida em relação ao “eu” que se enuncia e ao contexto significativo em que as formas de segunda pessoa estão inseridas. Pensemos: se

relacionarmos o sentido das frases há pouco mencionadas à referência de “eu”, torna-se clara a referência de “você”. Lembremos que, na língua, tudo está sob o domínio do sentido.

Depreender as referências de ‘eu’ e ‘você’ é, certamente, essencial para se chegar à compreensão do sentido global do texto, e já nos revelamos bem sucedidos em relação a essa questão na análise do discurso de Gregório-mais-novo. Devemos, entretanto, ir mais além, afinal, o ‘eu’ que se enuncia só o faz porque tem a necessidade de referir via discurso ao outro, produzindo-lhe sentido. Precisamos, assim, voltar nossos olhos para as referências constituídas no texto, mais uma vez, pela relação forma-sentido. As formas mobilizadas pelo locutor são por ele selecionadas, dentre outras tantas que compõem o repertório da língua, de acordo com essa necessidade que o impulsiona a enunciar-se. Do mesmo modo, os procedimentos aos quais ele recorre e pelos quais agencia as formas para chegar ao outro também estão condicionados ao porquê da enunciação. Se quero questionar meu interlocutor sobre alguma coisa, escolherei determinadas formas e lançarei mão de determinado procedimento; se quero ofendê-lo, tudo será diferente. Sendo assim, vemos que as formas empregadas e o seu modo de organização também estão condicionados ao interlocutor e ao que, afinal, queremos com o dito-cujo. Chegamos, enfim, a mais uma conclusão necessária para dar prosseguimento à análise do discurso produzido por Gregório-mais-novo (a referência do ‘eu’) e direcionado a Gregório-mais-velho, para que, finalmente, cheguemos ao seu sentido global: as formas empregadas e o modo como se relacionam estão condicionadas tanto à necessidade que mobiliza o locutor a referir via discurso quanto ao próprio interlocutor a quem o faz.

Voltemos, agora, à análise do discurso de Gregório-mais-novo, que se direciona a Gregório-mais-velho. Percebemos que os procedimentos dos quais o locutor lança mão para alcançar o outro são, em sua maioria, intimações. Tais intimações, no entanto, não são imperativas, mas sim apelativas. O locutor, durante praticamente todo o seu texto, direciona-se ao seu interlocutor fazendo-lhe pedidos. Quando fazemos pedidos, não temos nunca como ter certeza se o outro vai, de fato, atendê-los. Assim, vemos que o discurso do menino de 13 anos está enquadrado no campo da possibilidade. Como chegamos a essa conclusão? Adentrando novamente nas relações forma-sentido que vão constituindo o sentido global do texto. Pensemos nos seguintes enunciados (ou parte deles) presentes no texto:

*“Quero muito ser você **quando eu crescer**”*

*“não **queria** que você **se transformasse** numa pessoa careta”*

*“como eu **quero** que você **seja** comediante, eu **acho** que você **tem que lutar** contra essa hipocrisia do politicamente correto”*

*“**Queria** que você **botasse** o dedo na ferida e **falasse** umas verdades que ninguém tem coragem de dizer”*

Percebemos, primeiramente, que o verbo “querer”, cujo uso é bem recorrente no texto, é, em todas as suas ocorrências, marca de primeira pessoa, já que se refere ao “eu” que se enuncia. Sabemos, também, que a forma “querer”, semanticamente, nos conduz a ideia de desejo, e também sabemos que não é porque desejamos muito alguma coisa que ela se concretizará. Do mesmo modo, temos a ocorrência da forma “achar”, também atribuída ao ‘eu’ que se enuncia, forma essa que também pode aplicar-se ao campo da possibilidade. Já temos indícios, aqui, para enquadrar o texto de Gregório-mais-novo no campo da possibilidade, mas prossigamos com nossa análise. O verbo “querer” e “achar”, apesar de seu sentido remeter-nos à ideia da possibilidade, também carrega em si uma ideia de certeza: ora, tais verbos referem-se ao “eu” que se enuncia, e este certamente tem certeza de que quer e acha alguma coisa. A incerteza está, na verdade, associada à complementação desses verbos, que é constituída por verbos no subjuntivo (seja, transformasse, botasse, falasse) atribuídos a forma “você”, a qual refere-se a Gregório, seu interlocutor. O que motiva a escolha do modo verbal em que as formas verbais aparecerão? Ora, a forma verbal “querer”, em todas as suas ocorrências, refere-se ao “eu” que se enuncia, e este tem certeza de que tem um desejo; as verbais “ser”, “transformar”, “botar” e “falar” referem-se ao seu interlocutor, e representam, juntamente a outras formas que completem o sentido (ser o que? Transformar o que? Botar o que? Falar o que?), aquilo que é o desejo do locutor, aquilo que ele quer e sobre o que ele não tem controle. Assim, as formas verbais atribuídas a “eu” são empregadas no indicativo, ao passo que as formas atribuídas a “você” são empregadas no subjuntivo. Forma-se, assim, o campo da possibilidade em que o discurso está incluído. É interessante analisarmos mais uma questão relativa a esses enunciados. Quando o locutor emprega o verbo querer no presente do indicativo

(quero), o verbo atribuído a seu interlocutor é empregado no presente do subjuntivo (seja). Já quando o emprega no imperfeito do indicativo para referir-se a si próprio (queria), emprega o verbo que se refere ao outro no imperfeito do subjuntivo. Isso nada mais é que a correlação verbal presente no discurso, que, ao mesmo tempo, nada mais é que as formas portadoras de sentido agindo umas sobre as outras: presente de um lado pede presente do outro; passado de um lado pede passado do outro. Há que se perceber, no entanto, que o verbo ‘querer’ no presente do indicativo é empregado apenas uma vez, ao passo que o mesmo verbo no pretérito imperfeito do indicativo tem uma ocorrência maior. Esse fato se deve justamente a um dos usos do imperfeito do indicativo: marcar aquilo que, pela vontade do sujeito a quem o verbo é atribuído, se tornaria um presente, mas nada pode garantir que isso de fato ocorrerá. O interessante é que o pretérito imperfeito só assume esse sentido quando associado a um imperfeito do subjuntivo (se pensarmos em um enunciado como “Em minha infância, eu queria me tornar médica” veremos que o sentido do verbo é completamente diferente). Vemos novamente as formas agindo umas sobre as outras, constituindo-se como palavras que, no discurso, têm sempre uma significação singular. Assim, todas as formas aqui analisadas – os verbos no indicativo, as marcas de pessoa, os verbos no subjuntivo, os termos que se seguem aos verbos no subjuntivo – vão, a partir da sua relação, constituindo o seu próprio sentido como palavras, ao mesmo tempo que, integrando a frase, constituem o sentido dessa. É a sequência de frases, todas portadoras de sentido, as quais também se relacionam, já que o sentido de uma nos conduz ao sentido de outra, que nos conduzirão a alcançar o sentido global do texto.

Há uma pergunta final a ser feita: por que o locutor lança mão de procedimentos que colocam seu discurso no campo da possibilidade? Por que há uma grande ocorrência de intimações? A resposta para tal está no interlocutor, que, já sabemos, trata-se do Grégório-mais-velho, aquele que o mais novo, pela sua vontade, se tornaria quando crescesse. Pelo sentido que vai sendo constituído no decorrer do texto, o qual ilustramos no parágrafo anterior, torna-se claro que a motivação que levou Gregório-mais-novo a enunciar-se é certificar-se de que, quando ele crescer, não se tornará aquilo que ele não quer ser, muito pelo contrário, fará tudo que, no presente de sua enunciação, lhe parece melhor. Para tal, ele precisa direcionar-se a ele mesmo já crescido. Lembremos que Gregório-mais-novo e Gregório-mais-velho, no discurso do menino, não constituem a mesma referência: primeiramente, porque se o fosse o mais novo não teria a necessidade de direcionar-se ao mais velho e fazer-lhe pedidos (seu medo parece

ser justamente o de deixar de ser ele mesmo); depois, porque ambos os interlocutores não dividem nem o mesmo tempo, nem o mesmo espaço. O tempo de Gregório-mais-novo é o presente em que ele se enuncia, e seu espaço é a sociedade em que vive, imersa em determinada cultura. Mas qual será o tempo de Gregório-mais-velho? Simplesmente não existe. Lembremos, com Benveniste, que o presente é o tempo real, porque é unicamente nele que podemos nos enunciar e agir no mundo. Gregório-mais-velho é apenas uma projeção de Gregório-mais-novo para o futuro, este que, quando se tornar presente, será outro presente, e quem sabe outra sociedade mergulhada já numa diferente cultura. Não temos nunca como prever ou determinar o futuro. Portanto, ao se referir a um interlocutor imaginário, uma simples projeção de si mesmo, Gregório-mais-novo utiliza procedimentos acessórios que incluirão seu discurso no campo da possibilidade. Afinal, o futuro é incerto.

Falta-nos ver apenas o que, de fato, Gregório-mais-novo refere em seu discurso a Gregório-mais-velho, o sentido global que ele próprio, em sua fala, quer produzir. O que ele espera dele mesmo para o futuro? Para entendê-lo, é necessário compreender a cultura em que Gregório-mais-novo está imerso, à qual temos acesso, mais uma vez, por determinadas unidades que seleciona e atualiza em seu discurso. Isso porque o mundo que referimos em nosso discurso é o mundo em que vivemos, e o homem, assim como *nasce na cultura*, vive na cultura. Ela é o seu mundo. Portanto, as unidades por nós empregadas para referir o mundo são praticamente fotografias da cultura em que nascemos e vivemos. Mas já vimos que as escolhas que fazemos são reveladoras de nossa subjetividade; logo, essas unidades são, principalmente, fotografias de nossa relação individual com a cultura.

Começemos pela análise das unidades “falando sério”, “pessoa careta” e “botasse o dedo na ferida”, que merecem nossa atenção. Vejamos o contexto em que aparecem:

“Falando sério: não queria que você se transformasse numa pessoa careta. Existe uma patrulha do politicamente correto que não para de crescer. Como eu quero que você seja comediante, eu acho que você tem que lutar contra essa hipocrisia do politicamente correto. Queria que você botasse o dedo na ferida e falasse umas verdades que ninguém tem coragem de dizer.”

Qual será a função desse ‘-ão’ presente no discurso do menino? Sabemos que essa forma indica grau, mas também sabemos que marcas de grau podem ter várias significações na língua: indicar tamanho, intensidade, afetividade, visão pejorativa de alguma coisa etc. Portanto, é necessário identificar que elemento de nível superior a forma ‘-ão’ está integrando e, ao mesmo tempo, a quem esse elemento se refere. Pois bem, vemos que a forma –ão integra o elemento ‘sério’, o qual normalmente especifica, determina ou qualifica outro elemento da língua. Portanto, para compreendermos tanto o sentido de ‘sério’ quanto a função integrante de ‘-ão’ em seu interior, precisamos identificar a que outro elemento o elemento ‘serião’ se refere. É apenas no engendramento que as formas tornam-se plenas de sentido. Pois bem, ‘serião’ refere-se ao verbo ‘falando’, indicando o modo como alguma coisa será falada; conseqüentemente, a forma ‘-ão’ está intensificando o sentido de ‘sério’. O locutor não quer apenas ‘falar sério’, mas ‘falar muito sério’. Já o elemento ‘pessoa careta’ precisa ser posto em relação ao sentido de toda essa sequência discursiva para tornar-se ele próprio pleno de sentido. Ora, se não somos iguais, se cada um é caracterizado por uma subjetividade que lhe singulariza, uma ‘pessoa careta’ para mim pode não ser para outros, ao passo que uma ‘pessoa careta’ para outros pode não sê-la para mim. Bom, devemos associar a unidade ao fato de Gregório-mais-novo **não querer** que o mais velho se torne uma ‘pessoa careta’; assim, devido à negação ali presente, careta será associado àquilo que existe na cultura e é desprezado pelo menino. Na continuidade de seu discurso, quando diz “acho que você tem que lutar contra essa hipocrisia do politicamente correto”, a unidade ‘hipocrisia’ (que carrega uma carga semântica negativa) atuando sobre a unidade ‘politicamente correto’ já nos revela o ponto de vista do locutor a respeito dessa política: ele a despreza. Podemos querer marca de subjetividade maior do que essa? Por sua vez, as unidades “lutar contra” atuando sobre “hipocrisia do politicamente correto”, e, ao mesmo tempo, estas sendo modificadas pelas unidades “acho que você tem que” (o ‘tem que’ revelando que essa luta deve ser uma obrigação, e o ‘acho’ mostrando que quem pensa assim é o próprio locutor), nos conduzem, finalmente, ao sentido que a unidade ‘pessoa careta’ assume no texto: pessoa que abraça a cultura do politicamente correto. Isso porque a significação de “acho que você tem que” se opõe a de “eu não queria que”, e já que ‘lutamos contra’ aquilo que ‘não queremos’... Por fim, a unidade “botasse o dedo na ferida” enche-se de sentido também em relação a todo o contexto, mas principalmente em relação ao contexto da própria frase em que está inserida: “*Queria que você **botasse o dedo na ferida** e falasse*

umas verdades que ninguém tem coragem de dizer.” Vemos que a forma ‘e’, na relação com as outras unidades que estão sendo por ela conectadas, não tem o simples sentido de adicionar ideias. Na realidade, está indicando o modo como se deve botar o dedo na ferida. E que modo é esse? Ora, “*falando umas verdades que ninguém tem coragem de dizer*”. Assim, a expressão “botasse o dedo na ferida” assume um sentido metafórico no discurso de Gregório-mais-novo.

A partir da reflexão sobre a constituição do sentido dessas formas, aprofundemos agora nossa análise, observando alguns enunciados-chave para a compreensão do sentido global do discurso de Gregório-mais-novo e da cultura em que este está imerso (até porque o sentido está sempre relacionado à cultura):

*“Existe uma **patrulha do politicamente correto** que não para de crescer”;*

*“Acho que você tem que **lutar contra essa hipocrisia do politicamente correto**”;*

*“Querida que você **botasse o dedo na ferida e falasse umas verdades que ninguém tem coragem de dizer**”.*

Iniciemos nossa análise pela expressão “politicamente correto”. A essa unidade, o locutor associa as formas significativas “patrulha” e “que não para de crescer”. O termo “patrulha” nos remete a qualquer grupo de pessoas imersas numa mesma cultura com ideais em comum, as quais se mobilizam para agir sobre determinada esfera/instituição social; o termo “do politicamente correto”, agindo sobre “patrulha”, tem então a função de delimitar essa referência – sabemos assim os ideais que essa patrulha defende; já o termo “que não para de crescer” age sobre “patrulha do politicamente correto”, constituindo assim, um sentido compreendido por nós. Até aqui, ainda não temos acesso ao posicionamento do locutor perante esse sentido, já que “patrulha” pode ter tanto uma acepção positiva quanto negativa (o que vai depender de seus membros e de seus ideais), bem como sabemos, pela cultura em que estamos imersos, que a expressão “politicamente correto” remete a algo que é visto com bons olhos por alguns e com desagrado por outros. É quando Gregório-mais-novo se refere à unidade “Existe uma patrulha do politicamente correto que não para de crescer” através da unidade “essa hipocrisia”, que seu ponto de vista contrário fica extremamente claro. As formas “lutar contra”, “botasse o dedo na ferida” e “falasse umas verdades que

ninguém quer dizer” expressam a vontade do menino no presente de sua enunciação, e constituem o sentido daquilo que, através da intimação, pede a seu interlocutor.

Com tudo isso, é claro que a unidade “Existe uma patrulha do politicamente correto que não para de crescer” constitui um dos enunciados-chave para se chegar ao sentido global do discurso de Gregório-mais-novo. Vimos, há algumas páginas atrás, que os procedimentos pelos quais esse locutor mobiliza a língua são, em sua maioria, intimações – são elas que muito nos conduzirão ao sentido global. Entretanto, a unidade aqui em questão é posta em funcionamento pelo procedimento da *asserção*. A verdade é que sem essa sequência assertiva nenhuma das intimações faria sentido, já que a necessidade que move Gregório-mais-novo a enunciar-se ao mais velho, fazendo-lhe apelações, é justamente ‘a existência de uma patrulha do politicamente correto’: “*Não queria que você se tornasse uma pessoa careta*”, “*Acho que você tem que lutar contra essa hipocrisia do politicamente correto*”; “*Queria que você botasse o dedo na ferida e falasse umas verdades que ninguém tem coragem de dizer*”.

Pois é muito a partir dessa asserção que compreendemos a cultura em que Gregório está imerso, e é muito a partir dessas intimações que compreendemos sua relação com essa cultura. Mas vejamos, abaixo, o sentido que o menino atribui à forma “minoria” em seu discurso, e teremos mais embasamento para chegar a uma conclusão acerca dessa cultura.

“***Todo mundo pertence a uma minoria***”. Com esse enunciado, considerando o sentido das formas e a ação de umas sobre as outras, Gregório-mais-novo associa ‘minoria’ a todas as pessoas – a forma ‘todo mundo’ expressa justamente a impossibilidade de exceções. Em nossa cultura, sabemos que não são todas as pessoas que sofrem exclusão social, e que, com certeza, homens, brancos e heterossexuais não se enquadram nesse caso. Portanto, no momento em que Gregório-mais-novo associa “pertence a uma minoria” a “Todo mundo”, torna-se evidente que, para ele, “minoria” nada tem a ver com exclusão social. O sentido vai-se constituindo conforme as sequências enunciativas do locutor progridem:

“A pessoa **ou** é negra **ou** parda **ou** deficiente **ou** gay **ou** mulher **ou** tudo junto”.

É interessante analisarmos o funcionamento da forma ‘ou’ nessa sequência discursiva, compreendendo sua importância na “escancaração” do ponto de vista do locutor, ou seja, na emergência de sua subjetividade. Tal forma indica alternância,

podendo expressar ideia de exclusividade ou não. Ela tende a significar que entre duas opções ou mais, pelo menos uma é verdadeira. Vejamos que, nessa sequência, todas as formas que costumam qualificar, determinar ou especificar determinado elemento estão conectadas pela forma “ou”, agindo umas sobre as outras e, ao mesmo tempo, agindo juntas sobre a unidade “A pessoa”. Esta última, apesar de estar no singular, não representa aqui apenas um indivíduo, isso porque, pelo funcionamento da língua, sabemos que a forma singular “a pessoa”, substantivo antecedido de artigo, necessita de algum elemento especificador para delimitar sua referência e torná-la, de fato, significativa no uso da língua (como em ‘a pessoa que eu conheci ontem’). Como temos uma sequência de adjetivos que se referem a tal forma e que podem caracterizar um número considerável de indivíduos – até porque de fato representam grupos – podemos compreender que a forma ‘a pessoa’ significa um coletivo: as pessoas no geral, as pessoas quantitativamente. Voltando agora ao ‘ou’. Se ‘a pessoa’ representa toda uma coletividade de indivíduos e a forma ‘ou’ indica que ao menos uma dentre as opções é correta, o sentido que aqui se constitui é de que necessariamente a grande maioria das pessoas é mulher, ou gay etc. Mas percebamos que o locutor não incluiu entre essas formas (mulher, gay, negra, parda, deficiente) as formas ‘homem’, ‘branco’, ‘heterossexual’ e ‘ateu’. Estas são atualizadas na sequência discursiva seguinte:

*“Eu, que sou **homem, branco, heterossexual, ateu**, acabo fazendo parte de uma **minoria ínfima**”.*

Vejamos que aqui, ao contrário da forma ‘a pessoa’, a forma ‘eu’ não representa outra coisa que não o indivíduo visto na sua singularidade, um ser único no mundo. E é se referindo a essa forma, que por seu turno se refere ao locutor, que finalmente são atualizadas as formas ‘branco’, ‘heterossexual’ e ‘homem’. Ao dizer que faz parte de uma “minoria ínfima”, Gregório-mais-novo, pela atuação da forma “ínfima” a “minoria” e pela atuação de “minoria ínfima” sobre formas como “branco” e “heterossexual”, deixa transparecer o que significa a palavra ‘minoria’ em sua concepção, significação essa constituída no texto: termo que expressa quantidade e proporção, e não condição político-social. Vejamos também que o procedimento utilizado na atualização de todo esse enunciado é, mais uma vez, a asserção, e afirmativa. Sendo assim, fica ainda mais clara a subjetividade do locutor: ele, que é homem, branco, heterossexual e ateu, tem certeza de que faz parte de uma minoria.

Para chegarmos, enfim, a uma conclusão acerca da cultura, vejamos, muito rapidamente, os procedimentos acessórios pelos quais Gregório-mais-novo coloca as seguintes sequências discursivas em funcionamento:

“Por que é que não fazemos o dia nacional da consciência branca, hahaha? Ou a passeata do orgulho hétero, kkkkk? Por que toda feminista é feia, rsrsrs?”

O que temos aqui são formas atualizadas pela interrogação. Entretanto, se analisarmos essas interrogações em relação ao restante do texto e do sentido que já foi ali constituído, veremos que não são perguntas que querem, de fato, suscitar uma resposta. São, na realidade, perguntas retóricas, usadas estrategicamente na construção de uma argumentação, na defesa de um ponto-de-vista. Isso é ratificado pelas onomatopeias de risada ao final de cada palavra. Quanto às relações forma-sentido, mais uma vez elas deixam transparecer a posição subjetiva do locutor a respeito de seu próprio discurso: as formas significativas ‘consciência’ e ‘branca’ agem uma sobre a outra, e o mesmo ocorre com os pares ‘orgulho’ e ‘hétero’, e ‘feminista’ e ‘feia’. E olha que nem consideramos as unidades ‘dia nacional’, ‘passeata’ e ‘toda’. Precisa dizer mais alguma coisa?

Finalmente, podemos chegar à cultura em que Gregório-mais-novo, no presente de sua enunciação, está imerso, e que é muito definidora do modo como a língua será convertida em discurso por ele: uma sociedade não homogênea, constituída por pessoas muito diferentes, em que essas diferenças começam a ficar cada vez mais explicitadas ao passo que as pessoas vão assumindo sua natureza – uma sociedade que aspira por mais liberdade; uma sociedade em que essas diferenças tornam-se razão para preconceito, exclusão – embora um preconceito muitas vezes disfarçado; uma sociedade em que um movimento de combate a esses preconceitos está recém surgindo, mas nasce com força, sendo tachado de ‘politicamente correto’ por muitos – portanto, uma sociedade que aspira a mais igualdade. Cremos que, pela análise das formas atualizadas por Gregório-mais-novo, do modo de agenciamento dessas formas, dos procedimentos utilizados nessa atualização, já está bastante clara a sua relação com a cultura em que vive no momento presente de sua enunciação.

Tendo percorrido todo esse caminho, chegamos, enfim, ao sentido global do discurso de Gregório-mais-novo: ele, um menino cheio de pretensões para o futuro, projeta diante de si a sua imagem dali a tantos anos e a toma como interlocutor,

expondo-lhe sua opinião contrária à cultura do politicamente correto e expressando-lhe seu desejo de combatê-la quando ele mesmo tornar-se este que agora é seu interlocutor. Daí decorrem as muitas ocorrências tanto da forma ‘eu’ quanto da forma ‘você’: o locutor expõe as expectativas que tem no presente (uso constante do ‘eu’) em relação ao seu interlocutor, ele mesmo no futuro (uso constante da forma ‘você’).

3.2.2 Análise do discurso de Gregório-mais-velho

Ao contrário do que ocorre no discurso de Gregório-mais-novo, em nenhum momento, em seu discurso, Gregório-mais-velho apresenta-se pelo nome, marcando-se apenas pelas formas pronominais e verbais de primeira pessoa. Como, então, conseguimos delimitar a referência do ‘eu’ ali presente de modo a afirmar que é bem Gregório-mais-velho que se enuncia? Ora, aqui, sim, as referências são alcançadas a partir do contexto enunciativo e da própria relação que a enunciação de Gregório-mais-velho mantém com a de Gregório-mais-novo. Vimos que no primeiro email Gregório-mais-novo, pela necessidade de referir via discurso, direcionava-se a Gregório-mais-velho, chamando-se de ‘eu’ e dizendo ‘tu’ àquele. Sabemos que a inversibilidade é característica marcante das formas de pessoa ‘eu’ e ‘tu’: aproprio-me da língua e a ponho em funcionamento apresentando-me como locutor através de ‘eu’ e dizendo ‘tu’ a meu interlocutor, o qual em sua enunciação de resposta se apresentará como ‘eu’ e me dirá ‘tu’. No segundo email, sabemos, desde início, a quem a enunciação se refere em decorrência da forma pela qual o discurso é enunciado, “Caro Gregório-mais-novo”. A referência de segunda pessoa está, assim, delimitada, pois já sabemos quem é Gregório-mais-novo pela enunciação anterior. Conforme vamos lendo o texto e depreendendo o seu sentido global, percebe-se que se trata de uma enunciação de resposta à enunciação de Gregório-mais-novo, portanto o ‘eu’ que fala, em decorrência da característica da inversibilidade, é aquele a quem o mais novo dizia ‘você’, ou seja, Gregório-mais-velho.

Entretanto, a referência de ‘eu’, apesar de evidentemente ser “Gregório-mais-velho”, ainda não está plena de significação. Em virtude do enunciado anterior, sabemos muito bem quem é Gregório-mais-novo, seus desejos e sua posição ideológica, mas nada sabemos sobre Gregório-mais-velho, pois este, na locução anteriormente a ele dirigida, não passava de um interlocutor imaginário. A verdade é que Gregório-mais-

novo nada sabia sobre seu interlocutor – vimos, inclusive, que esse desconhecimento era mesmo um grande mobilizador da enunciação do menino de 13 anos. Mas agora, 15 anos depois, esse interlocutor se materializa e tem, finalmente, a possibilidade de correferir a Gregório-mais-novo – o que, no tempo da enunciação deste, era impossível. No decorrer de seu discurso, essa referência de “eu” vai-se constituindo, e vemos que nada tem a ver com o “tu” presente no discurso de Gregório-mais-novo, o que é visível já na primeira frase do texto “eu virei aquilo que você mais odeia”. Essa é uma das poucas ocorrências da forma pronominal de primeira pessoa no discurso de Gregório-mais-velho, que pouco fala dele próprio. No entanto, esse simples dizer, se posto em relação ao sentido global do enunciado anterior, enche-se de significação, dando-nos um panorama da posição ideológica do locutor que se enuncia. Já temos conhecimento daquilo que é desprezível para o menino Gregório: a “hipocrisia” do politicamente correto. Pois temos, portanto, indícios para concluir que Gregório-mais-velho é mesmo membro da “patrulha do politicamente correto”. A essa compreensão, vamos chegando indiretamente através das asserções que ele faz acerca de seu interlocutor, Gregório-mais-novo.

Como afirmamos, diferentemente de Gregório-mais-novo, o mais velho atualiza formas de primeira pessoa apenas duas vezes em sua fala. No entanto, a forma de segunda pessoa “você” é extremamente recorrente. Essa recorrência se dá em detrimento da posição deste locutor que se enuncia, que tem um grande privilégio sobre seu interlocutor, quando era este que se enunciava. Vimos, já mais de uma vez, que Gregório-mais-novo não conhecia seu interlocutor pela questão fatídica de que este era imaginário, e sua enunciação foi mobilizada pela necessidade de referir a esse interlocutor para expor-lhe suas expectativas para o futuro, o que faz através de determinados procedimentos acessórios, principalmente a intimação: há ali uma grande sequência de apelações. Ora, quando fazemos apelações ao outro, além de obviamente nos dirigirmos a ele, marcando-o em nosso discurso, acabamos também falando de nós, pois são nossos desejos que estamos trazendo ao seu conhecimento – daí as formas “eu quero que você”. Por não ter acesso a seu interlocutor e, por isso mesmo, usar destes procedimentos acessórios, o discurso do menino se encontrava no campo da possibilidade.

Pois a grande vantagem do mais velho sobre o mais novo é que, enunciando-se num outro tempo e num outro espaço, tem conhecimento de quem é seu interlocutor, simplesmente porque este era ele próprio no passado. Ninguém além de Gregório-mais-

velho teria mais propriedade para falar a respeito de Gregório-mais-novo. Sendo o discurso do mais velho produto de uma enunciação de resposta ao discurso do mais novo, aquele é constituído a partir deste – afinal, trata-se de uma correferência. Se Gregório-mais-novo, em seu discurso, fazia apelações a Gregório-mais-velho, orientando suas atitudes para quando o futuro se tornasse um presente, este, já imerso nesse presente, pode responder a essas apelações de modo assertivo. Assim, o sentido do discurso do ‘eu’ que agora se enuncia e as referências ali presentes vão se constituindo muito em relação ao discurso que fora direcionado a ele anteriormente. Mas não é falando sobre seu próprio presente que o faz (vimos que temos apenas duas ocorrências de formas de primeira pessoa), mas sim falando sobre seu interlocutor de modo a opinar sobre o comportamento deste, o que, evidentemente, deixa transparecer as opiniões e as atitudes de Gregório no presente, sem que ele tenha que explicitá-las e falar explicitamente sobre si. Sendo assim, apesar de pouco marcar-se explicitamente, as asserções presentes em seu discurso e o modo como as direciona a seu interlocutor são marcas de sua subjetividade – revelam-lhe tanto como Gregório-mais-velho, já que tem propriedade para falar sobre o mais novo, como pessoa imersa em determinada cultura.

A visão de Gregório-mais-velho acerca de Gregório-mais-novo nos é mostrada conforme as relações forma-sentido se vão constituindo em seu discurso. Vimos que, primeiramente, o locutor se apresenta em *“eu virei aquilo que você mais odeia”*. O sentido da forma ‘virar’ associado ao ‘eu’ que se enuncia já nos remete a uma noção de transformação: Gregório-mais-novo e Gregório-mais-velho têm poucas coisas em comum. Tendo delimitado a referência de ‘você’ (o que é feito pelo vocativo com que se inicia o email) e compreendido o sentido global do discurso de Gregório-mais-novo, que fora direcionado ao locutor que agora se enuncia, entendemos que a forma “aquilo” associada à forma “que você mais odeia” faz remissão a tudo que foi condenado por Gregório mais novo em seu discurso: a função da forma “que você mais odeia” é bem especificar a que a forma “aquilo” se refere; da ação de uma sobre a outra, constitui-se todo um sentido.

Por fim, a ação das formas “eu virei” e “aquilo que você mais odeia” uma sobre a outra constituem um todo significativo que nos leva a compreender que o Gregório do presente é exatamente o oposto do Gregório do passado e daquilo que este desejava ser. O que as asserções que vêm em seguida dessa primeira sequência discursiva fazem é esclarecer o sentido desse primeiro enunciado, que parece conter em si a essência significativa de todo o discurso. A forma “você” é posta em uso diversas vezes, e a ela

são referidas diversas predicções que nos revelam explicitamente a visão do Gregório atual sobre o Gregório do passado e, implicitamente, aquilo que em que o Gregório atual se transformou. Este último é implícito porque o locutor, excluindo a primeira sequência discursiva do texto, não fala sobre si mesmo, mas a significação dessa mesma sequência permite-nos constituir outros sentidos subentendidos aos explicitados. Desse modo, a sequência “Você ainda não sabe disso, mas você é reacionário” nos traz pistas sobre nosso locutor: Gregório atual não é reacionário, e sabe disso.

Atemo-nos, agora, à constituição do sentido do texto a partir de algumas predicções atribuídas à forma “você”, a qual tem uma grande incidência.

“Você ainda não sabe disso, mas você é reacionário. Só que você tem a sorte de conviver com pessoas progressistas. Isso é uma sorte.”

À forma você, cujo sentido já está delimitado, são referidos, inicialmente, dois verbos no presente (sabe, é). Inicia-se, aqui, a descrição de Gregório-mais-novo. Agindo sobre a forma ‘sabe’ está a forma ‘disso’, que lhe completa o sentido. Esta, entretanto, ainda é vazia de significação, o que faz com que a forma ‘sabe’ também o seja. Para constituir esse sentido, é preciso colocar a forma ‘isso’ em relação a ‘mas você é reacionário’, que é bem ao que ‘isso’ se refere, sendo assim possível constituir também o sentido de ‘sabe’. Mas temos aqui um elemento cuja função modifica em muito o sentido do enunciado. A forma ‘ainda não’, em detrimento de sua significação, ao agir sobre ‘sabe’, cujo sentido já foi compreendido, marca dois pressupostos, sentidos que não são explícitos: Gregório-mais-novo um dia se dará conta de que é reacionário, e Gregório-mais-velho já se deu conta de que um dia foi reacionário. O sentido da palavra ‘reacionário’, tendo uma carga culturalmente negativa e sendo atribuído à forma ‘você’, já vai constituindo o sentido do texto como um todo, pois mostra-nos logo de cara a interpretação do mais velho sobre os pensamentos do mais novo. Mas demos nós continuidade à análise. A forma ‘só que’ cumpre, no nível em que está inserida, uma função integrante essencial para compreendermos tanto o menino de 13 anos quanto o adulto. Ao mesmo tempo em que funciona como elemento conector entre formas portadoras de sentido – “você é reacionário” e “você tem a sorte de conviver com pessoas progressistas” –, estabelece entre elas uma relação de oposição, alterando-lhe o seu sentido e nos fornecendo pistas a respeito do locutor, cuja subjetividade está marcada nessas formas. Pensemos primeiro na importância que a palavra ‘sorte’ assume

aqui. Por nossa cultura, associamos sorte sempre a algo positivo. Também por nossa cultura, sabemos que o sentido de ‘progressista’ opõem-se ao de ‘conservador’, e que o sentido de ‘conservador’ vem ao encontro do de ‘reacionário’. Assim, o locutor, ao associar a palavra ‘sorte’ à expressão “conviver com pessoas progressistas”, revela o seu ponto de vista favorável a respeito desse fato. Está ali marcada a sua subjetividade. A forma ‘só que’, ao estabelecer uma relação de oposição entre “você é reacionário” e “você tem a sorte de conviver com pessoas progressistas”, pressupõe que foi justamente essa convivência que mobilizou a mudança no pensamento ideológico de Gregório – que, já sabemos, não é reacionário.

Vejamos ainda um pouco mais:

*“Você **confunde** o mundo com as pessoas ao seu redor: artistas, feministas, humanistas, ativistas. Você **acha** que ser contra essas pessoas é ser contra a corrente. Mas notícias (você talvez ache que são boas). O mundo, assim como você, é machista, racista e homofóbico.”*

Em toda essa sequência discursiva, Gregório prossegue com a descrição de seu interlocutor direcionada a seu próprio interlocutor, informando-o sobre si mesmo, que parece desconhecer sua própria natureza. Esse sentido, que revela em Gregório-mais-novo certa ignorância sobre o mundo e sobre si mesmo, é constituído na relação enunciativa estabelecida pelos dois interlocutores. Ora, sequências como “você confunde o mundo com as pessoas ao seu redor” e “o mundo, assim como você, é machista, racista e homofóbico” só poderão ser bem compreendidas quando as colocamos em relação ao discurso de Gregório-mais-novo: como o mais novo confunde o mundo com as pessoas ao seu redor? Por que ele pode ser considerado machista, racista e homofóbico? Ora, essas respostas estão no discurso de Gregório-mais-novo, e nada mais natural, já que estamos aqui diante uma enunciação de resposta. Podemos analisar também nessa sequência as relações forma-sentido ali mesmo constituídas. As formas “artistas, ativistas, feministas e humanistas” agem sobre as formas “pessoas ao seu redor”, especificando que pessoas são essas. A forma “ao seu redor”, posta em relação à forma ‘você’, nos indica que se trata das pessoas ao redor de Gregório. O interessante é que todo o sentido constituído a partir da ação dessas formas umas sobre as outras é posto em relação ao enunciado anterior, já aqui analisado: “*você tem a sorte de conviver com pessoas progressistas*”. Pois bem, sabemos que as pessoas que estão ao

nosso redor são bem aquelas com quem convivemos; logo, a forma “pessoas progressistas” passa a ter sua referência delimitada, sendo justamente “artistas, ativistas, feministas e humanistas”. Ao dizer “você acha que ser contra essas pessoas é ser contra a corrente”, o locutor, pelo uso do verbo ‘achar’ – que está no campo da possibilidade, da incerteza – associado à forma ‘você’, não está apenas trazendo ao conhecimento do seu interlocutor que o que ele pensa pode não ser verdade: está mesmo lhe dizendo que ele está errado, sentido constituído pelo restante do enunciado – “*Más notícias. O mundo, assim como você, é machista, racista e homofóbico*” – no qual o verbo, estando no presente do indicativo, expressa uma certeza. Também é interessante que vejamos como a forma “corrente” significa no discurso. Identificamos claramente nela uma palavra polissêmica (corrente de aço para prender uma bicicleta, corrente para pendurar no pescoço, determinada tendência, adjetivo que indica algo em constante movimento, como água corrente, etc). Mas o contexto, isto é, a ação que as formas exercem sobre ela e que ela exerce sobre as formas somada aos sentidos já constituídos no texto nos delimitam precisamente a significação que ‘corrente’ ali assume. Isso se deve muito ao termo ‘o mundo’, em “*Você confunde o mundo com as pessoas ao seu redor*”. Nesse enunciado, compreendemos que, para Gregório-mais-novo, o mundo se resume praticamente em “artistas, ativistas, feministas e humanistas”, termos retomados pela expressão “essas pessoas” em “*você acha que lutar contra essas pessoas é lutar contra a corrente*”. O verbo ‘é’ funciona aqui como um elemento comparador, indicando equivalência, igualdade. Assim, constitui-se o sentido de “corrente”: se lutar ‘contra a corrente’ é, para o mais novo, a mesma coisa que lutar contra ‘artistas, ativistas, feministas e humanistas’, e se o menino “confunde o mundo com as pessoas ao seu redor”, que são exatamente essas contra quem ele quer lutar, torna-se claro que a forma “corrente” designa o senso-comum que impera no mundo, o padrão, os valores que nos são impostos. Esse sentido se confirma quando Gregório, em seguida, afirma: “*Más notícias. O mundo, assim como você, é machista, racista e homofóbico*”. Mais um sentido é aqui constituído, o qual não está explícito: para Gregório-mais-velho, o locutor que se enuncia, lutar contra a corrente é lutar contra o machismo, o racismo e a homofobia.

É interessante refletirmos sobre o uso dos verbos no discurso de Gregório-mais-novo e no discurso de Gregório-mais-velho. O mais novo, como fala a um interlocutor imaginário que corresponde a uma projeção sua no futuro, atualiza formas verbais que expressam uma ideia de futuro e que estão no campo da possibilidade (quero que você

seja, acho que você **tem que** lutar), até porque ele não tem domínio sobre este futuro. O mais velho, como fala a um interlocutor real, usa as formas verbais no presente e as coloca no campo da certeza. Mas essas formas referem-se à forma ‘você’, referência de seu interlocutor, o qual, como sabemos, já não existe no presente. Como, então, as formas verbais podem estar assim atualizadas? Ora, se os verbos estivessem no passado, o sentido do texto seria outro, pois não seria com Gregório-mais-novo que Gregório-mais-velho estaria conversando, e sim com ele mesmo. Gregório-mais-velho era reacionário, mas Gregório-mais-novo é reacionário. Essa é a peculiaridade do texto que temos em mãos. O mais novo se enuncia no presente a um interlocutor pensado no futuro, e por isso atualiza verbos no presente para referir a si próprio e verbos com aspecto de futuro para referir ao outro; o mais velho se enuncia no presente a um interlocutor que ficou retido no passado. A questão é que, quando esse passado ocorreu, tratava-se de um presente, presente no qual Gregório-mais-novo estava imerso e se constituía como sujeito. Gregório-mais-novo só existe de fato em um presente; fora disso, ele é uma mera lembrança. Portanto, se é mesmo a Gregório-mais-novo que Gregório-mais-velho quer se referir, e não simplesmente a uma lembrança, e se o que ele quer fazer é, em grande parte, descrevê-lo bem como era no tempo atual de sua enunciação, é no presente que deve fazê-lo – o que temos, na verdade, são tempos presentes distintos. O presente de um não é o mesmo presente de outro, todavia é apenas no seu tempo que cada um pode enunciar-se. O que Gregório-mais-velho fazer é transportar-se ao presente-passado, dialogando com um interlocutor que, por não mais existir, não tem possibilidade de lhe correferir numa enunciação de resposta.

Além das grandes quantidades de asserções possibilitadas justamente pelo presente de Gregório-mais-velho ser diferente do presente de Gregório-mais-novo – um presente mais à frente –, o locutor também lança mão de intimações como meio de atingir o outro, mas estas, agora, não são mais apelativas, e sim imperativas. As formas verbais atualizadas agora não estão mais no subjuntivo, e sim no imperativo: “**Ouve** o Millôr...”, “**Lê** um pouco sobre o feminismo...”, “**Pare** de usar onomatopeias de risada.”. Sabemos que Gregório-mais-velho é, em bem verdade, Gregório-mais-novo transformado. Sendo assim, o locutor que se enuncia tem consciência das atitudes que ele tomou na vida para chegar ao que é no presente. Sendo assim, não cabe mais fazer apelações.

Por fim, pensemos no sentido que a forma “minoria” assume, agora, no discurso de Gregório-mais-velho:

“Mas é bom explicar uma coisa: minoria é um conceito político, e não demográfico. O senado tem 81 senadores dos quais apenas um se declara negro ou pardo. Nenhum deles se declara gay. Gays são espancados todos os dias por serem gays.”

Mais uma vez, o sentido é aqui constituído tanto pelas relações forma-sentido presentes no discurso quanto pelo contexto enunciativo em que está inserido, ou seja, na relação com o discurso do mais novo, que fora anteriormente destinado ao mais velho, que agora correferre ao mais novo em uma enunciação de resposta. Ao dizer que “minoria é um conceito político, e não demográfico”, Gregório-mais-velho está invalidando o raciocínio feito pelo mais novo em seu discurso, no qual ele conclui que, por ser homem, branco e heterossexual pertence a uma minoria – já analisamos o sentido construído a partir desse raciocínio, que indica que, para o mais novo, “minoria” refere-se a grupos quantitativamente pequenos. Pois, ao afirmar que se trata de um conceito político, e não demográfico, Gregório-mais-velho significa que nem de longe o mais novo – e, portanto, ele também não – pertence a uma minoria. Em seguida, traz uma série de fatos concretos que servem de argumentos que possam comprovar seu ponto de vista, coisa que não foi feita no discurso de Gregório-mais-novo.

Terminemos, portanto, com o sentido global do discurso de Gregório: trazendo argumentos consistentes, prova ao seu interlocutor que não só vivemos, sim, em uma sociedade preconceituosa, como este outro é o próprio reflexo do preconceito.

3.2.4 Análise final: o texto como um todo

Falamos, no início, que o texto “Orgulho hétero”, pertencente ao gênero crônica, é ele próprio um discurso, produto de uma enunciação emanada de um locutor, que é aqui Gregório Duvivier, e direcionada a um interlocutor, que somos todos nós que nos dispusemos a ler ² seu texto. Mas vimos também que ele comporta, em seu interior, dois outros textos, pertencentes ao gênero e-mail, que também são concebidos como discursos (sempre por uma perspectiva enunciativa!), cada qual produzido por um locutor e direcionado a um interlocutor. Entendemos que, para se chegar ao sentido global da crônica, era primeiro necessário olhar o seu sentido analítico, que compreende o diálogo intersubjetivo entre dois interlocutores que se trocam e-mails. Para tal, no entanto, era necessário olhar para o sentido global de cada texto que compunha a crônica, ou seja, o sentido global do discurso produzido por cada um dos locutores da relação enunciativa presente no texto, sentido esse que, por sua voz, só poderia ser alcançado pela observação atenta de seu sentido analítico. Sendo assim, percorremos um longo caminho para chegar até aqui, e finalmente podemos concluir o que, afinal, esse texto quer significar. Não, corrijamos nossa fala. Podemos concluir qual é o grande efeito que o texto “Orgulho hétero” causa sobre nós.

O texto em questão é constituído por uma relação enunciativa entre dois interlocutores que, na vida real, representam a mesma pessoa, mas que, no discurso, por enunciarem-se um ao outro em um tempo e um espaço distintos, são concebidos como seres também distintos. Esses interlocutores correspondem, em primeiro lugar, a Gregório-mais-novo, que tem a necessidade de referir via discurso a Gregório-mais-velho, o qual não tem, no presente da enunciação do mais novo, possibilidade de lhe correferir em uma enunciação de resposta; e, em segundo lugar, a Gregório-mais-velho, que, apenas anos mais tarde, pode correferir de volta ao mais novo.

Mas o grande mobilizador do ato enunciativo do qual resultou o texto “Orgulho hétero” é Gregório Duvivier. A este, temos muito acesso: é ator, comediante, diretor e escritor, tem 28 anos e é, publicamente assumido, de esquerda. Fica evidente que os locutores presentes no interior de seu próprio discurso correspondem a ele mesmo, ora no passado ora no presente. Ora imerso em determinada cultura, ora em outra. Como a crônica foi produzida e publicada este ano, temos indícios de que Gregório-mais-velho corresponde ao Gregório escritor, de 28 anos, e que as ideias presentes no discurso daquele são bem as ideias que este defende, e o presente em que tal discurso fora

produzido é mesmo o presente em que agora estamos vivendo. Consequentemente, tendo Gregório-mais-novo se apresentado como um menino de 13 anos, podemos concluir que o presente de sua enunciação é o presente de 15 anos atrás. O que parece ter motivado o escritor a enunciar-se, produzindo a crônica, é justamente um contato seu com o passado: provavelmente depois de ler algo que escrevera em sua adolescência (como sou leitora assídua de Gregório Duvivier, tenho embasamento para pressupor que foi exatamente isso que ocorreu, o que, para o texto, de qualquer forma, não importa), sentiu-se completamente diferente daquilo que já fora. Sentiu-se outra pessoa. Aliás, viu que, de fato, é hoje outra pessoa.

Vimos, com Benveniste, que o homem nasce na cultura. Mais do que isso, o homem vive na cultura. Sendo assim, ela é o seu mundo, mundo este que é interpretado pela língua, língua da qual nos apropriamos num ato individual de utilização pela necessidade de referir o mundo pelo discurso, de produzir sentido ao outro, sentido que é constituído pelas relações forma/sentido. Eis a estreita relação entre língua e cultura. A significação de meu discurso está condicionada à cultura em que estou imersa quando o produzo, porque que o mundo à minha volta que refiro via discurso. Do mesmo modo, as formas por mim atualizadas e os processos pelos quais o faço também estão condicionados à cultura: as formas não são destituídas de sentido, e em nossa enunciação é o mundo que queremos significar; é ao mundo em que vivemos, portanto, que as unidades linguísticas (forma e sentido) se referem. Mas lembremos que é pela língua que temos a emergência da subjetividade, que o homem toma consciência de si mesmo e de todas as coisas, concebendo-se como sujeito porque é diferente de todas as coisas. Portanto, cada ser subjetivo tem a sua maneira de olhar para o mundo, cada qual relaciona-se com a sua cultura de um modo diferente. Portanto, em minha enunciação não é apenas a cultura em que vivo que transparece, mas também minha relação com ela.

Entretanto, a cultura existe no tempo, e o tempo age sobre todas as coisas, sempre em seu tempo, modificando-as, transformando-as. O mesmo ocorre com a cultura – consequentemente o mesmo ocorre com a língua. Ora, a palavra “conservador”, a nem tantos anos atrás, carrega em si um sentido positivo – uma família conservadora era uma família direita. Atualmente, chamar alguém de “conservador” virou praticamente uma ofensa. Vejamos como Benveniste aborda essa questão:

Damos um sentido a certos gestos, não damos nenhum sentido a outros, no interior de nossa cultura. É assim, mas por quê? Tratar-se-á de identificar, de decompor depois de classificar os elementos significantes de nossa cultura, é um trabalho que ainda não foi feito. (...) Há em seguida a maneira pela qual estes elementos se comandam na sua valorização, a predominância que se dá a certas imagens hoje: a hierarquia que se estabelece entre valores novos. A importância que tomam agora, por exemplo, certas questões de geração; há trinta anos, a noção de juventude não tinha de forma nenhuma o mesmo sentido que ela tem hoje. Há um deslocamento completo que atinge todos os elementos, materiais ou não, da cultura, que vai desde o costume, a postura até os fins últimos da vida. A hierarquia, a ação recíproca destes valores, e consequentemente os modelos que são propostos, os objetos desejados, tudo isso se desloca no interior de nossa cultura e não tem mais nada de comum em 1910 ou em 1930 e em 1960. (BENVENISTE, 1968, p. 25 e 26)

Ora, o Gregório de 15 anos atrás vivia em uma cultura diferente da cultura em que vive hoje, em 2014, em que todos vivemos. Inclusive, as mudanças ocorridas no século XX e no século XXI parecem ocorrer em uma velocidade muito maior do que as que ocorriam nos séculos passados (maior, porque no decorrer da história, afora o período negro da Idade Média, o homem sempre esteve mobilizando mudanças, basta pensarmos em Lutero com a reforma anglicana ou nos bolcheviques com a revolução francesa – entretanto, a resistência a essas mudanças era maior do que é atualmente, basta pensarmos na contrarreforma e na sanguinolência que foi a revolução francesa). Em verdade, quanto mais nos aproximamos do presente, mais vemos o mundo mudando, a cultura mudando.

Tenho a impressão de que, nos últimos anos, a luta contra tabus que envolvem certos valores morais e, principalmente, a luta contra a intolerância e os preconceitos ganhou força. Em bem verdade, parece que deixamos de fingir que vivemos em um país igualitário e resolvemos admitir que somos, sim, uma sociedade preconceituosa, da qual resulta a exclusão escrachada de diversos grupos. E alguém tem dúvidas a respeito de quem são esses grupos? Nos últimos 15 anos, um negro chegou à presidência dos Estados Unidos, uma mulher chegou à presidência do Brasil, o casamento gay passou a ser admitido e legalizado no Brasil e o sistema de cotas raciais e sociais foi implementado nas universidades federais de todo o país. Esses acontecimentos deixaram claro que estamos vivenciando uma sociedade que, embora ainda não igualitária, se direciona lentamente para tal condição e que não será mais conivente com as intolerâncias, mas também revelaram, a partir das reações de muitos grupos sociais, o imenso preconceito que ainda existe em nosso país – e muitos nem se dão conta disso. Também a revolução tecnológica transformou o mundo: há 15 anos, ninguém em minha

família tinha computador em casa; agora, há uma máquina para cada membro (embora a família já esteja de todo desmembrada).

Com base nesse raciocínio, podemos chegar ao sentido global do texto, que nada mais é que o efeito que a leitura causa sobre nós.

Primeiramente temos a voz de Gregório-mais-novo, que se enuncia no presente de 15 anos atrás e em cujo discurso podemos notar o pedantismo característico do discurso adolescente. Como todo adolescente, ele se mostra repleto de sonhos e ilusões e, provavelmente pelo temor de vir a se tornar tudo aquilo que mais despreza nos outros (normalmente, nos adultos), projeta diante de si um interlocutor imaginário, que corresponde a ele mesmo mais velho. Diante dessa situação, Gregório-mais-novo expõe ao mais velho seus maiores desejos e as expectativas depositadas em seu próprio interlocutor. Essas expectativas revelam a sua relação com a cultura em que está imerso: não concorda com a cultura do politicamente correto, fazendo-nos entender (pelo menos esse é o efeito) que acredita viver em um país livre de preconceitos.

Anos mais tarde, Gregório-mais-velho correfere ao mais novo, revelando ser completamente o oposto daquilo que o mais novo poderia imaginar. Entretanto, ao invés de falar de si mesmo no presente atual, ele prefere falar ao seu interlocutor a respeito de seu próprio interlocutor no presente da enunciação deste, ou seja, fala a respeito dele mesmo no passado, mas o faz como se estivesse enunciando-se no mesmo presente em que seu interlocutor se enunciou anteriormente. Gregório-mais-velho pode fazê-lo com propriedade, pois, ao contrário do mais novo, seu interlocutor é real (embora já não exista mais) e muito bem conhecido por ele. No decorrer de sua enunciação, vai ficando claro a relação de Gregório-mais-velho com a cultura em que vive, e, conseqüentemente, também a relação de Gregório Duvivier: vivemos num mundo repleto de preconceitos, um mundo “machista, racista e homofóbico. Essa opinião ele defende através de argumentos consistentes, que não deixam de ser marcas de sua subjetividade: é alguém que muito leu, muito discutiu e muito viveu. No discurso de Gregório-mais-novo, o que temos são argumentos baseados no senso-comum, o que também marca sua subjetividade: alguém que pouco leu, pouco discutiu, pouco viveu.

Sendo o texto “Orgulho hétero” uma crônica, podemos compreender que o seu sentido global é levar-nos a reflexão de algo comum a todos, cotidiano, mas em que pouco pensamos: o efeito do tempo sobre nós. Somos conduzidos pela leitura a pensar como achamos que de tudo sabemos, quando na realidade não sabemos de quase nada. São as nossas experiências, nosso olhar atento para as realidades sociais, nossas leituras,

as pessoas com quem convivemos que nos fazem amadurecer. Podemos não nos dar conta disso, mas um simples acontecimento – a leitura de uma carta, uma foto, o encontro inesperado com alguém do passado – pode despontar a consciência de como já fomos diferentes. É essa a principal característica da crônica: mostrar profundidade onde todos só veem banalidade.

4. UNIDADE DIDÁTICA:

A transposição da teoria para o ensino a partir da análise

No capítulo 1, afirmei que, para engatar a produção deste trabalho, eu me enraizava nas diretrizes trazidas pelos referenciais curriculares do Rio Grande do Sul para o ensino de Língua Portuguesa na escola bem como me fiava à teoria Enunciativa de Émile Benveniste. Expliquei que meu grande objetivo era propor um viés enunciativo para trabalhar o texto em sala de aula, considerando que este é constituído por uma gramática própria e que, portanto, estudar o texto e sua significação é estudar também sua gramática. Esta gramática, obviamente, foi concebida a partir da minha interpretação das reflexões de Émile Benveniste. Deixei claro, também, que os procedimentos usados para elaborar tarefas que girassem ao redor do texto e sua gramática enunciativa seriam bem aqueles propostos pelos referenciais curriculares (procedimentos pedagógicos para ensinar e aprender a ler e a escrever). Pois este capítulo tem a pretensão de ilustrar como isso seria possível, e esse desenho se constitui na unidade didática que desenvolvo e apresento agora.

4.1 PREPARAÇÃO PARA A LEITURA

Conforme os referenciais curriculares do RS, a interpretação de um texto começa a emergir de nós antes mesmo de o lermos de fato. Isso se deve a que selecionamos, previamente ao ato de leitura, modos de ir ao encontro do texto e ações para com ele interagir guiados por uma série de fatores. Por exemplo, o contexto específico em que nos encontramos e o conhecimento daquele que nos escreve podem ser muito influentes em nosso olhar para o texto. Ora, se recebo uma carta de uma pessoa de quem gosto muito, num contexto em que estamos há muito tempo distanciados, minhas expectativas para a leitura serão uma; se recebo uma carta de uma empresa para a qual enviei um currículo, minhas expectativas serão outras. Aproveitando o gancho, o conhecimento do gênero do texto a ser trabalhado também modifica nosso modo de concebê-lo antes de entrar em contato físico com ele: cada gênero cumpre uma função social distinta; cada um se constitui numa prática-discursiva diferente. Assim, se estou prestes a ler uma bula de remédio, adentro nessa leitura já

cheia de expectativas, pois sei muito bem a função que esse gênero exerce em nossa sociedade. Do mesmo modo, os objetivos que tenho com minha leitura – e também as causas desse ato – condicionam minha interpretação, e quais são mesmo os objetivos e as causas de uma leitura de bula de remédio?

Mas como tudo isso se aplica na escola? Ora, o professor pode propor tarefas de preparação para a leitura, de introdução à leitura, que aproximem o aluno do texto e despertem nele a vontade e, quem sabe, a necessidade de lê-lo. Afora isso, há textos que exigem conhecimentos prévios para serem compreendidos. Essas tarefas podem estar relacionadas *à temática do texto, ao gênero de discurso a que pertence ou aos recursos linguísticos necessários para sua compreensão* (Referenciais Curriculares do Rio Grande do Sul, volume 1, p.58). Desse modo, o aluno poderá elaborar estratégias para mergulhar no texto, tendo assim as condições para lê-lo. Ainda, depois da leitura, poderá comparar suas expectativas prévias ao texto com as conclusões a que chegou depois de interagir com ele.

Primeiro bloco de perguntas

- 1) O que te faz lembrar do passado?
- 2) Como tu te sentes em relação ao teu passado?
- 3) Como tu enxergas a ti mesmo nesse passado?
- 4) Há alguma coisa lá atrás que, hoje, tu farias de um modo diferente?
- 5) Existe arrependimento? Existe orgulho?
- 6) O passado tem, para ti, alguma relevância no presente?
- 7) E o que tu achas desse negócio de olhar para o que ficou para trás? Serve para alguma coisa?
- 8) E o futuro? Costumas pensar sobre ele?
- 9) Como tu te imaginas daqui a 10 anos? Ou nem dá para imaginar?
- 10) É relevante pensar sobre o futuro?
- 11) E qualé a do presente?
- 12) Como o presente pode vir a interferir no futuro?

O que está em jogo nas perguntas desse primeiro bloco para a teoria enunciativa?

- A emergência da subjetividade daquele que se enuncia, tornando-se, pela língua, consciente de si mesmo.
- A consciência de que cada momento da vida é único e singular, e não temos nunca como sentir hoje exatamente o que sentimos no passado. O sentido do sentimento se constitui em relação ao contexto em que é despertado; as lembranças que temos hoje são produtos resultantes de determinadas experiências pelas quais passamos na vida; a referência é constitutiva desse produto, e é através dela, em relação ao contexto específico de nossa experiência, que alcançamos o sentido daquele sentimento que sentimos lá atrás. E é exatamente isso que ocorre com a enunciação e o discurso, seu produto. E há como experienciar algo na vida que não seja pela linguagem, da qual a língua é realização material?
- Assim como só podemos nos enunciar no presente, só podemos viver e passar por novas experiências no presente. E nós, homens, só podemos viver pela língua – a qual, como já vimos neste trabalho, só existe em funcionamento. Sendo assim, é em relação ao presente em que nos enunciamos que todas as lembranças do passado e todas as prerrogativas do futuro tornam-se significativas. É inclusive, pela língua que temos acesso às nossas lembranças, pois ela é também organizadora do pensamento. O presente é o tempo em que vivemos, em que nos enunciamos. É, portanto, um centro de referência.

Segundo bloco de perguntas

- 1) Tu sabes como os preconceitos foram se constituindo historicamente?
- 2) Sendo assim, que sentido podemos atribuir a essa forma?
- 3) Para você, o que define uma atitude como preconceituosa?
- 4) Sendo assim, que sentido podemos atribuir a essa palavra em nossa sociedade atual?
- 5) Quem são os grupos que costumam ser alvo de preconceito?
- 6) Tu achas que vivemos em um país preconceituoso? Se sim, quais são os grupos que são mais atingidos?
- 7) De que formas podemos combater o preconceito? Aliás, devemos?

O que está em jogo nas perguntas desse segundo bloco para a teoria da enunciação?

Num debate desses, certamente seriam atualizadas muitas palavras carregadas de preconceito, mesmo sem os alunos perceberem. Sendo assim, os pontos-chave da discussão seriam:

- A consciência de que nascemos numa cultura, vivemos numa cultura e, mais do que isso, herdamos uma cultura. Portanto, o homem é constituído por uma cultura, e esta não existe desvinculada daquele.
- A compreensão de que, assim como a cultura age sobre o homem, já que ela é uma herança, o homem também age sobre a cultura. Por conseguinte, no decorrer da história, ela vai se transformando – um homem que nasce em certa cultura, provavelmente, se ainda estiver vivo dali a setenta anos (até menos, mas sejamos enfáticos), não viverá mais na mesma cultura.
- O entendimento de que as formas que atualizamos em nosso discurso e o modo como nos enunciamos estão condicionados à cultura em que estamos imersos.

Terceiro bloco de perguntas

- 1) Sabes o que é uma crônica?
- 2) Tu conheces o Gregório Duvivier? Sabes me dizer quem é esse cara? Sabes em que cultura ele está imerso?
- 3) E tu vais com a cara dele?

O que está em jogo nessas perguntas desse terceiro bloco para a teoria da enunciação?

- O gênero do texto, concebido, pela teoria da enunciação, como discurso, é essencial para a compreensão do sentido global do texto, já que exerce uma função social que visa à determinada atuação no mundo e o discurso é o produto de uma enunciação motivada pela necessidade de referir ao outro via discurso, atuando sobre este.
- A leitura é concebida, por essa teoria, como um ato enunciativo, em que eu, leitor, me enuncio ao ler, e meu discurso é bem os efeitos de sentido que a enunciação do outro (autor) causa sobre mim. Ora, sabemos que o ato de enunciação instaura diante do locutor a figura do outro, e que minha enunciação está condiciona a este. Portanto, os efeitos de sentido que o texto pode causar sobre mim estão condicionados a meu interlocutor-autor. Lembrando que a leitura é a enunciação de resposta à enunciação do locutor-autor, que escreve a seu interlocutor-leitor.

ORGULHO HÉTERO

Gregório Duvivier

1. Caro Gregório-mais-velho,
2. quem te escreve desse endereço do zipmail é o Gregório de 13 anos idade. Quero
3. muito ser você quando eu crescer, rrsrs. Falando sério: não queria que você se
4. transformasse numa pessoa careta. Existe uma patrulha do politicamente correto que
5. não para de crescer. Como eu quero que você seja comediante, eu acho que você tem
6. que lutar contra essa hipocrisia do politicamente correto. Queria que você botasse o
7. dedo na ferida e falasse umas verdades que ninguém tem coragem de dizer. Por
8. exemplo, estou escrevendo um texto bom. Diz assim: todo o mundo pertence a uma
9. minoria. A pessoa ou é negra ou parda ou deficiente ou gay ou mulher ou tudo junto
10. (se for tudo junto é o Michael Jackson, hahaha). Eu, que sou homem, branco,
11. heterossexual, ateu, acabo fazendo parte de uma minoria ínfima. Por que é que não
12. fazemos o dia nacional da consciência branca, hahaha? Ou a passeata do orgulho
13. hétero, kkkkk? Por que toda feminista é feia, rrsrs? Bom, você já tem material para
14. um stand-up.
15. Caro Gregório-mais-novo,
16. eu virei aquilo que você mais odeia. Você ainda não sabe disso, mas você é
17. reacionário. Só que você tem a sorte de conviver com pessoas progressistas. Isso é
18. uma sorte. Mas é, também, uma falta de sorte (nisso a gente se parece: eu também
19. não falo a palavra azar. Merda). Você confunde o mundo com as pessoas ao seu
20. redor: artistas, feministas, humanistas, ativistas. Você acha que ser contra essas
21. pessoas é ser contra a corrente. Más notícias (você talvez ache que são boas). O
22. mundo, assim como você, é machista, racista e homofóbico. Não cabe aqui inserir
23. números e gráficos que provam isso. E eu não quero encher sua caixa do zipmail,
24. que lota tão rapidinho. Mas é bom explicar uma coisa: minoria é um conceito
25. político, e não demográfico. O Senado tem 81 senadores dos quais apenas um se
26. declara negro ou pardo. Nenhum deles se declara gay. Gays são espancados todo dia
27. por serem gays. Você acha que inventou o "Orgulho branco", mas esse era o slogan
28. da Ku Klux Klan. Suas piadas são mais velhas que o mundo. Ouve o Millôr, de
29. quem você gosta tanto: "Uma coisa é ser o rei dos palhaços, outra é ser o palhaço
30. dos reis". Quanto às mulheres: você não vai pegar ninguém sendo machista. Você
31. reclama que as mulheres não gostam de você, mas você parece que não gosta delas.
32. Lê um pouco sobre feminismo antes de odiar o feminismo. Ah, e pare de usar
33. onomatopeias de risada.

Texto publicado na Folha de São Paulo, em 28/04/2014

4.2 COMPREENSÃO GLOBAL DO TEXTO

Os referenciais curriculares compreendem as tarefas de compreensão global do texto como procedimentos que oportunizam *ao aluno concentrar sua atenção em elementos que viabilizem a leitura global do texto* (Referenciais Curriculares do RS, p. 58). Esses procedimentos, posteriores às tarefas de preparação para a leitura e anteriores à leitura do texto, esclarecem aos alunos as finalidades com que se lê, na vida social, um texto pertencente a determinado gênero e também as finalidades com que ele será lido em sala de aula, as quais devem ser compatíveis com aquelas. Por exemplo, como a finalidade (função) do gênero ‘receita de bolo’ é orientar o leitor a seguir determinados passos para fazer um bolo que não fique abatumado, não leremos uma receita em sala de aula apenas para estudar o uso do imperativo, mas também para de fato fazer um bolo com a turma a partir dos passos ali dados; como deve haver uma finalidade específica para a leitura, essa leitura também deve ter um propósito muito bem definido, como, por exemplo, fazer um bolo para o professor de biologia, que estará de aniversário e por quem os alunos têm uma enorme afeição.

Entretanto, compreendo – e não o faço a meu bel-prazer, pois a constituição dessa prática pedagógica já foi em muito criticada em aulas presenciadas por mim e em discussões com amigos⁷ – que o próprio sentido que atribuímos à forma “Compreensão Global do texto” nos remete a uma prática bem distinta dessa proposta pelos referenciais. É claro que esta última é de extrema importância, mas creio que deve estar inserida nas tarefas de “preparação para a leitura”, já que os próprios referenciais incluem o estudo das características do gênero nessa etapa. Creio, portanto, que estudar as funções sociais do gênero do discurso ao qual pertence o texto que será lido e discutir como esse gênero, no geral, pode auxiliar-nos a chegar à compreensão global do texto é uma etapa que deve estar inclusa nas tarefas de preparação de leitura. Não que o gênero não seja objeto de reflexão aqui, é claro que é; mas é o gênero associado ao texto que será trabalhado, o qual já deve ter sido lido.

Aqui, portanto, entendo que as tarefas de COMPREENSÃO global do texto devem abarcar discussões, a partir de perguntas, acerca do SENTIDO global, ou seja, aqui é o espaço para refletir sobre os efeitos de sentido que o ato de leitura causou sobre

⁷ Na disciplina “Programas para o ensino de língua portuguesa”, que fiz com a professora Gabriela Bulla, acabamos, guiados por discussões e também pela interpretação das reflexões feitas por Simões de Simões (2013), atribuindo a essa prática pedagógica outro propósito.

o aluno leitor. É claro que essa etapa também compreende outras reflexões: estudar as características relativas ao gênero que se manifestam no próprio texto em questão, identificar quem é o locutor que ali se enuncia e por que o faz etc. Ora, já vimos que todas essas reflexões são necessárias para a depreensão do sentido global de um texto.

Perguntas:

- 1) Qual o efeito que a leitura do texto causou em ti? Que sentimentos foram despertados em ti por essa leitura?
- 2) A que gênero o texto pertence? Qual a sua contribuição para a depreensão do sentido global do texto?
- 3) Quem é o locutor do texto em questão (o texto como um todo)? E quem é o seu interlocutor?
- 4) Que necessidade parece movê-lo a escrever, isto é, a se enunciar?
- 5) Na tua visão inicial, qual é, afinal, o sentido global desse texto?

O que está em jogo nessas perguntas para a teoria da enunciação?

- Quando se fala em enunciação, fala-se de um locutor que produz sentido a um interlocutor, e esse sentido é o efeito causado sobre o outro, ser também atuante. O efeito de sentido causado, entretanto, está na dependência do locutor, que, por sua vez, mobiliza as formas da língua condicionado a determinado interlocutor. Os participantes da relação enunciativa são, assim, pontos de referência a partir dos quais o sentido global de um discurso é constituído. Portanto, para compreender o sentido global do texto, se faz necessária a constituição da referência dos interlocutores.

- Nos enunciamos pela necessidade de referir ao outro via discurso, produzindo-lhe sentido. O discurso comporta a noção de referência. Se pensarmos que o texto tem um sentido global e a este é atribuída uma só forma (daí a importância do gênero e da estrutura), já que há uma forma para cada sentido, veremos que ele comporta uma referência. A referência do texto (concebido como discurso) é a situação que o provoca, ou seja, aquilo que tornou a enunciação necessária. É pela compreensão dessa situação (dessa necessidade), que alcançaremos o sentido global do texto. Lembremos que essa situação só pode ser definida em relação aos interlocutores que se enunciam.

Vamos, agora, analisar o texto mais a fundo, mais especificamente. Depois disso, voltaremos à discussão acerca de seu sentido global, de modo a ver se essa análise modifica nossa visão inicial sobre o texto.

4.3 ESTUDO DO TEXTO

Segundo os Referenciais Curriculares do Rio Grande do Sul, esta etapa é o momento em que se analisa o texto mais didaticamente, ou seja, o momento em que as atenções se voltam para determinadas partes ou passagens do texto, frases ou parágrafos, objetivando investigar como estas partes como um todo ou como os elementos linguísticos ali presentes contribuem para a constituição do sentido. Por isso mesmo, é o momento de se estudar os mecanismos coesivos que existem entre essas partes de modo a compor o todo. Também é aqui que haverá reflexão acerca de detalhes como vocabulário, implícitos e uma série de elementos e engendramentos representativos de modalidades dos mais variados usos da língua. É, portanto, o momento de se estudar o estilo da linguagem ali empregada, as marcas que lhe atribuem esse estilo etc. Como a língua é empregada por alguém que a mobiliza, é aqui que se identificam as marcas do locutor e os elementos e modos pelos quais podemos entender o seu ponto de vista. Além disso, aqui o gênero será estudado com mais afinco: é o momento de se olhar para a composição do texto e para as características ali presentes que o identificam como pertencente a determinado texto.

Enfim, um texto terá uma infinidade de questões a serem analisadas, e é quase impossível, além de enfadonho, esgotá-las. Desse modo, o professor, a partir de seu discernimento, deve pensar nas questões mais relevantes para aquele momento, questões que, principalmente, contribuam para a compreensão global do texto.

O que está em jogo para a teoria enunciativa nas perguntas dos blocos abaixo?

- Constituição do sentido global do discurso a partir de sua relação com seu contexto enunciativo: locutor-interlocutor-tempo-cultura.
- Constituição da referência de locutor/interlocutor/tempo/cultura a partir de unidades formais que marcam sua subjetividade: índices específicos e procedimentos acessórios.
- Depreensão da referência de locutor/interlocutor/tempo/cultura a partir de unidades formais: as demais formas da língua, sempre carregadas de sentido.
- Análise da relação forma/sentido na constituição do sentido global do texto: atuação das unidades umas sobre as outras, resultando em outras unidades que assumem outros significados.
- Depreensão do sentido da forma pelo contexto discursivo e pela relação com as outras formas.
- Identificação do ponto de vista do locutor acerca daquilo que refere em seu discurso a partir de marcas linguísticas.
- Movimento do sentido global ao analítico e do analítico ao global em prol da constituição da compreensão do texto como um todo.

Primeiro bloco de perguntas

- 1) Como este texto está estruturado? Quais são as características dessa composição?
- 2) Como tu dividiria esse texto? Qual é a relação entre as suas partes?
- 3) Que marcas nos permitem identificar o texto “Orgulho hétero” como crônica?

Segundo bloco de perguntas (relativas à primeira parte do texto)

- 1) Quem é o locutor da primeira parte do texto, ou seja, a quem o ‘eu’ ali presente se refere? Que marcas nos permitem identificá-lo?
- 2) E quem é o seu interlocutor, ou seja, a quem o “você” ali presente se refere? Que marcas nos permitem identificá-lo?
- 3) Em que tempo o locutor dessa primeira parte se enuncia? A partir de que marcas podemos delimitar esse tempo? E qual é a importância da delimitação desse tempo para a compreensão de seu discurso e para a compreensão do sentido global do texto?
- 4) O que, na tua concepção, a partir do efeito que essa leitura causou em ti, motivou o locutor a se enunciar? Qual era a sua necessidade de falar ao outro?
- 5) Identifique as partes do texto (primeira parte) em que o locutor se dirige diretamente ao outro e responda:

- a) De que modo ele se dirige a esse outro?
 - b) Que atitudes responsivas esses modos viriam a suscitar no outro?
 - c) Que marcas linguísticas nos remetem a tudo isso?
- 6) Na linha 3, qual é a função do elemento –ão? E qual é a função do elemento ‘serião’ na constituição do sentido do discurso desse locutor?
- 7) A que o elemento “essa hipocrisia”, na linha 6, se refere? O que ela nos diz sobre o locutor que se enuncia?
- 8) Qual é o sentido que a expressão “botasse o dedo na ferida”, nas linhas 6 e 7, assume no texto? Por quê?
- 9) Qual é a função que o elemento ‘e’, na linha 7, exerce no texto? Que a relação de sentido ele estabelece entre os elementos que conecta?
- 10) Quando o locutor da primeira parte emprega o termo ‘A pessoa’, na linha 9, está se referindo a quem?
- 11) Qual é a função das várias ocorrências do elemento ‘ou’ presente na linha 9? Que relação de sentido ele estabelece?
- 12) Que sentido a palavra “minorias” assume para o locutor da primeira parte do texto? E por que nós, leitores, depreendemos esse significado?
- 13) Em que cultura, em que sociedade parece estar esse locutor no momento em que se enuncia?
- 14) Qual parece ser a sua relação com essa cultura?
- 15) E qual é o ponto de vista do locutor acerca daquilo que refere em seu discurso? Que marcas expressam esse ponto de vista?
- 16) Depois de refletir sobre tudo isso, qual é, na tua concepção, o sentido global dessa primeira parte do texto, ou seja, do primeiro e-mail?

Terceiro bloco de perguntas (relativas à segunda parte do texto)

- 1) Quem é o locutor da segunda parte do texto, ou seja, a quem o ‘eu’ ali presente se refere? Que marcas nos permitem identificá-lo?
- 2) E quem é o seu interlocutor, ou seja, a quem o “você” ali presente se refere? Que marcas nos permitem identificá-lo?
- 3) Em que tempo o locutor dessa segunda parte se enuncia? A partir de que marcas podemos delimitar esse tempo? E qual é a importância da delimitação desse tempo para a compreensão de seu discurso e para a compreensão do sentido global do texto?
- 4) Que pressupostos o elemento “ainda”, na linha 16, ocasiona?
- 5) Qual a função do elemento “só que” na linha 17? Que relação de sentido é estabelecida por ele? Quais são os pressupostos que ele carrega?
- 6) O que, na tua concepção, a partir do efeito que essa leitura causou em ti, motivou o locutor a se enunciar? Qual era a sua necessidade de falar ao outro?
- 7) Identifique as partes do texto (segunda parte) em que o locutor se dirige diretamente ao outro e responda:
 - a) De que modo ele se dirige a esse outro?
 - b) Que atitudes responsivas esses modos viriam a suscitar no outro?
 - c) Que marcas linguísticas nos remetem a tudo isso?
- 8) Que sentido a palavra “minoria” assume para o locutor da segunda parte do texto? E por que nós, leitores, depreendemos esse significado?
- 9) Em que cultura, em que sociedade parece estar esse locutor no momento em que se enuncia?
- 10) Qual parece ser a sua relação com essa cultura?
- 11) E qual é o ponto de vista do locutor acerca daquilo que refere em seu discurso? Que marcas expressam esse ponto de vista?
- 12) Depois de refletir sobre tudo isso, qual é, na tua concepção, o sentido global dessa segunda parte do texto, ou seja, do primeiro e-mail?

Terceiro bloco de perguntas

- 1) Agora que analisamos isoladamente cada um dos textos que compõem a crônica (também um texto), podes me dizer qual é a relação entre eles?
- 2) Qual é a visão do locutor da primeira parte do texto acerca do interlocutor a quem se enuncia? Qual é a visão do locutor da segunda parte do texto acerca do interlocutor a quem ele se enuncia? Existe diferença? Que marcas fazem transparecer essas visões?
- 3) O locutor da segunda parte tem uma grande vantagem sobre o da primeira que está relacionada ao contexto específico em que ele se enuncia. Saberias me dizer que vantagem é essa?
- 4) Percebes alguma relação entre o autor da crônica, Gregório Duvivier, e os interlocutores que se enunciam em seu interior? Se sim, o que te leva a crer que há relação? Se não, o que te leva a crer que o autor nada tem com os locutores que se enunciam no interior do texto?

4.4 RESPOSTA AO TEXTO

Como o texto é concebido, nos referenciais, como uma relação de interação entre interlocutores situados, espera-se que o aluno responda ao texto de alguma maneira: recomendando a sua leitura, escrevendo um email ao autor expondo a sua visão sobre o texto lido, escrevendo um texto de resposta, escrevendo um novo texto que surja da inspiração ocasionada pela leitura etc.

Aqui, no caso, a atitude responsiva, além de toda a discussão já feita, será a de criar um novo texto inspirado no texto de Gregório, em que os alunos possam parar para refletir sobre suas aspirações na vida e sobre a sua relação com a cultura em que estão imersos no presente. É claro que, para fazê-lo, a turma teria de passar por todos os procedimentos pedagógicos para ensinar e aprender a ler propostos pelos referenciais: produção inicial, escrita coletiva, leitura de textos de referência, busca de conteúdos para a escrita, escrita individual, reescrita, revisão final, publicação e resposta ao texto do aluno. Entretanto, como minha análise, no capítulo 3 deste trabalho, foi elaborada a partir de uma leitura, minha pretensão neste capítulo era desenvolver detalhadamente tarefas de leitura. Entretanto, deixo abaixo a minha proposta de produção abaixo,

produto de minha enunciação, e a disponibilizo para quem queira modificá-la, aperfeiçoá-la e desenvolvê-la.

Proposta de produção

Tu consegues te imaginar no futuro? O que tu esperas de ti mesmo lá na frente? Tens, no presente, alguma aspiração? E há coisas nas quais tu não gostarias de te transformar de jeito nenhum? Todas essas tuas aspirações derivam de que? Tu te gostas no presente? Queres mudança ou não? Como tu relacionas, nesse presente, com o mundo que te cerca? Será que essa relação tem influência sobre os teus desejos para o futuro? E se não pensas no futuro, será que essa relação tem influência sobre este não pensar?

Que tal te apropriares da palavra e falar diretamente a ti mesmo no futuro? Como tu farias isso? Que gêneros textuais poderias utilizar para tal?

Pois bem, tu vais escrever a um interlocutor imaginário (tu mesmo no futuro) expondo-lhe a visão de mundo que tu tens agora (o que não necessariamente precisa ser feito de modo explícito) e deixando claro a ele o que tu esperas de ti mesmo no futuro, ou seja, o que tu esperas dele. Para tal, podes produzir uma carta, um e-mail, uma postagem de facebook etc. A única condição é que o gênero da tua escolha compreenda uma interlocução direta.

O que está em jogo nessa atividade para a teoria da enunciação?

Vimos que o texto é um ato de enunciação, sendo ele próprio um discurso, o qual comporta a noção de referência. Pois a condição mesma do ato de enunciação *é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de coreferir identicamente* (BENVENISTE, 1970, p. 84).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para chegar até aqui, percorri um longo caminho. Tornei-me íntima das concepções de linguagem e de língua que emanam da teoria enunciativa de Émile Benveniste e, ancorada nelas, pensei uma nova concepção de gramática. Iniciei uma intensa investigação sobre a relevância de se estudar essa gramática no ensino de língua materna, que se iniciou na teoria, partiu para a análise e terminou na prática, na qual me guiei também pelos Referenciais Curriculares do Rio Grande do Sul.

No início deste trabalho, esbocei que meu objetivo principal era propor um olhar enunciativo para as aulas de Língua Portuguesa, nas quais o texto é o eixo central de estudo, texto que é concebido como um discurso constituído por uma gramática que lhe é própria. Pressupus que, se a enunciação concebe a língua sempre em funcionamento, todas as reflexões acerca desta deveriam girar em torno de seu uso. Como a enunciação é um ato de movimentação da língua e portanto efêmera, momentânea, argumentei que é sobre o seu produto, o discurso, que devem recair as reflexões; e sendo esse ato mobilizado por um locutor que quer produzir sentido a um interlocutor em determinada instância discursiva e em determinada cultura, todo estudo a respeito do discurso deve ter como foco principal a compreensão do sentido – esta ocasionada pelos efeitos de sentido causados em cada interlocutor –, o qual é constituído em relação aos interlocutores da situação enunciativa, à cultura em que estão imersos e à própria situação de produção. Assim, a consideração daquele que se enuncia, daquele para quem o faz, de onde o faz, de quando o faz e da cultura em que o faz são essenciais para a compreensão do sentido. Mas também foi discutido que, como é a realização material da linguagem e esta é significativa por excelência, a língua pressupõe formas que, ao serem atualizadas por um interlocutor e agenciadas por ele no discurso, constituem um sentido. Forma e sentido são, assim, indissociáveis no funcionamento da língua. Por conseguinte, a compreensão do sentido de um texto também se dá pelas relações forma-sentido ali constituídas.

Vimos juntos que nem todas as relações entre as formas da língua se tornam significativas, e que uma unidade formal, para ter existência no interior da língua, precisa ser reconhecida por aqueles que a empregam, ou seja, precisa significar. Se não significa, não existe. Desse modo, a língua é formada por uma estrutura constituída por um número restrito de unidades formais de base, significativas em relação de oposição,

e estas se vão combinando em arranjos e integrando o sentido de unidades de níveis superiores, que, por sua vez, fazem o mesmo até se chegar ao último nível: o da frase, do discurso, do texto, da língua viva que serve para viver. Fomos, então, conduzidos à conclusão de que é a própria estrutura da língua que define o que nesta será significativo ou não, e o define sempre no seu uso, pois ela não existe senão em emprego. A partir de toda essa reflexão aqui resumida, cheguei, enfim à minha concepção de gramática: é o conjunto de leis que determinam as possíveis e limitadas maneiras de se organizar as formas pertencentes aos níveis linguísticos em arranjo, de modo a produzir sentidos sempre únicos, com possibilidades infinitas, no uso da língua, ou seja, no discurso. Mas se quem produz esse discurso é um homem carregado de subjetividade, se quem se apropria da língua e organiza suas formas em arranjo conforme essas leis é um ser subjetivo, e o faz num ato individual de utilização, em determinada instância-discursiva e em determinada cultura, motivado pela necessidade de referir a um outro com quem se relaciona intersubjetivamente; e ainda se esse discurso produzido pelo locutor comporta a noção de referência, cujo sentido só pode ser constituído em relação à situação enunciativa e a seus participantes, então pude finalmente chegar a uma conclusão satisfatória de gramática, que dialogasse com a teoria enunciativa: a gramática, que regulamenta o modo de arranjos possíveis entre os elementos linguísticos – os quais são selecionados e organizados nesses arranjos pelo locutor, conforme a sua necessidade de enunciar-se – não existe senão no uso da língua, e é determinada pela relação de intersubjetividade estabelecida entre locutor e interlocutor. Assim, se o locutor organiza seu discurso orientado por uma gramática, pode-se dizer que não existe língua sem gramática, muito menos gramática sem língua. Portanto, o discurso e o texto, produtos da língua posta em uso, comportam também uma gramática.

Mas todo esse percurso foi feito para pensarmos no ensino de Língua Portuguesa na Escola. Falei, no segundo capítulo deste trabalho, que meu objetivo, além de constituir uma concepção enunciativa de gramática e concebê-la como indissociável do texto, era, em seguida, refletir sobre as contribuições que meu estudo poderia trazer para aquilo que já foi proposto pelos Referenciais Curriculares do RS. Escolhi esse documento por estar ancorado a uma concepção interacionista de língua e linguagem que se assemelha àquelas em que eu mesma me ancoro. Creio que, para chegarmos às contribuições que meu estudo pode trazer para tais diretrizes, seria interessante, rapidamente, compararmos algumas questões relevantes presentes tanto nesses

documentos quanto em meu estudo, sempre fiado às reflexões enunciativas de Émile Benveniste.

Os referenciais concebem a língua como processo de interação entre sujeitos histórico e socialmente situados, que compartilham sentidos produzidos pela articulação de *significados coletivos em códigos, ou seja, em sistemas arbitrários de representação, compartilhados e variáveis*. A enunciação, além de entender a língua como a realização material da linguagem, a considera o único meio para se alcançar o outro homem através do sentido, possibilitando a vida em sociedade e a interpretação da sociedade. Desse modo, ela é o despertar da consciência de todas as coisas e de mim mesmo, ser único e singular porque me enuncio individualmente – ela é a emergência da subjetividade. Do mesmo modo, ela é o espaço da intersubjetividade entre sujeitos constituídos e imersos em uma cultura. Pensar na relação de intersubjetividade entre sujeitos não é pensar em compartilhamento de sentidos. Isso porque cada sujeito se define subjetivamente de um modo diferente, de acordo com a sua cultura – sendo assim, não há como compartilhar sentidos. O que há na enunciação é a produção de sentido por um locutor, sentido que causa determinados efeitos no interlocutor, e esses efeitos estão condicionados tanto aos participantes da cena enunciativa, quanto ao tempo, ao espaço e à cultura em que a enunciação é efetuada. Mas sigamos mais adiante.

Tanto os referenciais quanto a minha proposta de ensino consideram que os estudos de Língua Portuguesa como língua materna devem estar centrados no seu uso, e que o objeto desse estudo deve ser o texto. Para os referenciais, na escola, ao lermos textos dos mais variados gêneros, sempre com um propósito bem definido, devemos reagir diante deles através de uma atitude responsiva, crítica, desenvolvendo competências para atuar conscientemente na sociedade conforme a função social do gênero trabalhado. Entretanto, só reajo diante de textos se consigo atribuir a eles um sentido global; e como alcançar esse sentido? Os referenciais me parecem insuficientes nesse ponto: na parte “estudo do texto”, dizem, por exemplo, que é o momento para chamar a atenção do aluno para coisas mais específicas do texto, como pressupostos e marcas que revelem a opinião do autor. Mas como eu compreendo que essas “formas” assumem esse sentido no texto? Como? Sinto que é isso que falta. Além do mais, conforme meu pensamento, a minha reação diante do texto está condicionada não só à minha condição de sujeito situado histórica e socialmente, mas também, e

principalmente, à condição de sujeito constituído subjetivamente pela cultura em que nasci e em que vivo. Mas demos mais corda a essa linha de raciocínio, e vamos lá.

Concluí, neste estudo, que a gramática é constitutiva da língua, já que uma não se concebe sem a outra – e ambas só existem no uso. Sabemos que o produto da língua posta em uso é o discurso, e o texto foi aqui concebido como tal. Mas se só atualizamos a língua para produzir sentido ao outro via discurso, chegamos a outro fato: o sentido global do texto é constituído por uma gramática – que abarca todas as relações forma-sentido, num movimento que vai do sentido-analítico ao sentido-global e vice e versa – e chegar a esse sentido global é analisar essa gramática, sem nunca perder de vista que o texto é resultado de uma relação intersubjetiva entre sujeitos imersos em uma cultura, e a isso é condicionada a gramática de qualquer texto. As formas atualizadas e o seu modo de arranjo pelo locutor-(autor) carregam marcas de sua subjetividade, o que contribui para a constituição do sentido global do texto; mas, ao mesmo tempo, os efeitos de sentido causados por esse texto no interlocutor-(leitor) estão condicionados à sua própria subjetividade, o que também influencia a constituição do sentido global. E não foi exatamente isso que fizemos com a análise do texto de Gregório Duvivier?

Pois é essa a maior contribuição que venho a trazer para os referenciais: o sentido global do texto alcançado pelo estudo da gramática que ali é constituída, concebendo que esse sentido e, portanto, essa gramática, estão condicionados aos sujeitos que ali se relacionam subjetivamente e à cultura em que estão imersos. Lembremos, com Benveniste, que *todo o homem inventa sua língua e a inventa durante toda a sua vida*. (BENVENISTE, 1968, p. 18); portanto, o homem inventa a sua gramática, e a inventa por toda sua vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes (1956). In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

_____. Da subjetividade na linguagem (1958). In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

_____. Os níveis da análise linguística (1964). In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

_____. A forma e o sentido na linguagem (1966). In: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____. Estruturalismo e linguística (1968). In: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____. Estrutura da língua e estrutura da sociedade (1968). In: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____. O aparelho formal da enunciação (1970). In: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

KNACK, Carolina. **Texto e Enunciação: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação**. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Profa.Dra. Carmem Luci da Costa Silva. Porto Alegre, 2012.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Anna Rachel Machado, BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. Ed.2. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

NAUJORKS, Jane da Costa. **Leitura e enunciação: princípios para uma análise do sentido na linguagem**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof.Dr. Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre, 2011.

SÁ, Jorge de. **A crônica**. São Paulo: Ática, 1985. Série Princípios.

SILVA, Carmem Luci da Costa. Argumentação e ensino. In: ____ **Teorias do Discurso e Ensino** (2009). Org: Carmem Luci da Costa Silva, Claudia Stumpf Toldo, Leci Borges Barbisan, Lia Lourdes Marquardt. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Departamento Pedagógico. Lições do Rio Grande. *Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul*: Linguagens Códigos e suas Tecnologias: Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol). Secretaria de Estado da Educação. Porto Alegre: SE/DP, 2009. www.educacao.rs.gov.br/dados/refer_curric_vol1.pdf